

GRES PANARIA
Portugal S.A.

GRES PANARIA PORTUGAL, S.A.

Divisão Margres

Referente ao período 01.01.2017 a 31.12.2017



Este documento designado Declaração Ambiental é publicado no âmbito do registo da Unidade Industrial de Ílhavo da Gres Panaria Portugal S.A, no Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, alterado pelo Regulamento (EU) N.º 2017/1505 de 28 de agosto relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

A unidade industrial de Ílhavo da Gres Panaria Portugal S.A encontra-se registada desde Junho de 2006 com o n.º de registo PT-000051, tendo nessa altura procedido à publicação da sua primeira Declaração Ambiental.

O registo foi renovado em 2009, 2012, 2015 e 2017 constituindo este documento a primeira atualização e transição para o novo Regulamento EMAS.

Esta Declaração Ambiental refere-se ao ano de 2017 e apresenta a evolução desse desempenho desde 2015 tendo em linha de conta a disponibilidade da informação e a sua relevância para o perfil ambiental da Unidade Industrial de Ílhavo da Gres Panaria Portugal S.A, como indústria do Setor da Cerâmica, do Sub Setor Pavimento e Revestimento.

O âmbito do sistema de gestão ambiental abrange a totalidade da Gres Panaria Portugal, S.A. – Divisão Margres nas atividades de design, desenvolvimento e produção de pavimentos e revestimentos cerâmicos, bem como a comercialização de acessórios cerâmicos para decoração.

Esta declaração constitui um relato dos principais aspetos e impactes ambientais da Unidade Industrial de Ílhavo da Gres Panaria Portugal S.A e das ações que preconizou para atingir os objetivos definidos, minimizando os seus efeitos sobre o ambiente e assim contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria das suas relações externas e internas, com colaboradores, entidades oficiais, clientes, fornecedores e vizinhos, entre outras partes interessadas.

A partilha destes resultados com as partes interessadas pretende demonstrar o empenho e o contributo da Unidade Industrial de Ílhavo da Gres Panaria Portugal S.A na comunicação transparente com vista a um desenvolvimento Sustentável e à melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

A Unidade Industrial de Ílhavo da Gres Panaria Portugal S.A., através do seu departamento de Qualidade, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho, encontra-se disponível para a troca de comunicação com as partes interessadas.

Declaração Ambiental Margres

Ano 2017

Índice

1 - A EMPRESA	4
1.1 DESCRIÇÃO DA EMPRESA	4
1.2 PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS DA EMPRESA	5
1.3 OS PRODUTOS.....	6
1.4 O PROCESSO DE PRODUÇÃO	7
2 - O SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL.....	8
2.1 ESTRUTURA E CRITÉRIOS ADOTADOS NO SISTEMA DE GESTÃO	8
2.2 POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE	9
POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE	10
2.3 ASPETOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS E IMPACTES ASSOCIADOS	11
2.4 PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL	16
OBJETIVOS E PROGRAMA AMBIENTAL 2017	16
2.5 FORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INTERNA	18
2.6 COMUNICAÇÃO EXTERNA E RELAÇÕES EXTERNAS	20
3-DESEMPENHO AMBIENTAL	22
3.1 INDICADORES GLOBAIS DE DESEMPENHO AMBIENTAL 2017	22
3.2. COMPORTAMENTO AMBIENTAL E CONFORMIDADE LEGAL POR ASPETO AMBIENTAL	25
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.....	25
EFICIÊNCIA DOS MATERIAIS	26
ÁGUA	27
RESÍDUOS	28
BIODIVERSIDADE.....	30
EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA	31
EFLUENTE LÍQUIDO.....	34
RUIDO	35
OUTROS ASPETOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS A OBRIGAÇÕES DE CONFORMIDADE	36
4. OBJETIVOS SUSTENTABILIDADE	38
5. DECLARAÇÃO DO VERIFICADOR AMBIENTAL SOBRE AS ATIVIDADES DE VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO	39
GLOSSÁRIO	40
ABREVIATURAS	41

1 - A Empresa

1.1 Descrição da Empresa

A Gres Panaria Portugal, S.A. foi constituída a partir da fusão das duas empresas da Panaria Group Industrie Ceramiche S.P.A (sede Fiorano Modenese, em Itália), existentes em Portugal, a Maronagrês - Comércio e Indústria Cerâmica S.A e a Novagres - Industria Cerâmica S.A, a 28 de Dezembro de 2006.

A Gres Panaria Portugal, S.A. é uma sociedade anónima, com sede social em Chousa Nova com duas unidades Industriais: uma em Aveiro (Divisão Love Tiles) e outra em Ílhavo (Divisão Margres).

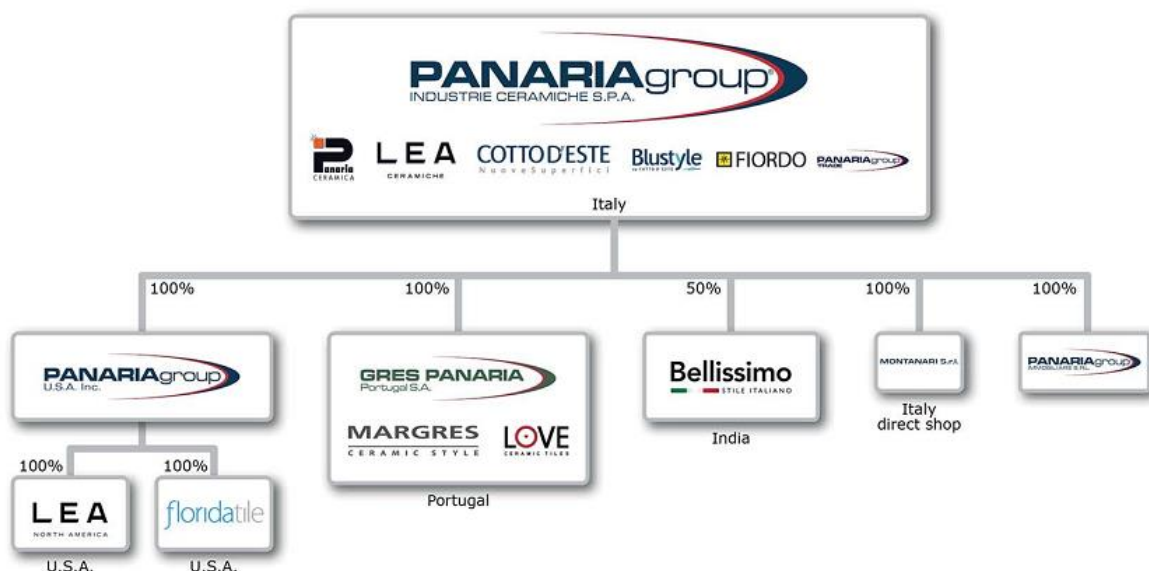


IMAGEM 1: ESTRUTURA DO GRUPO

TABELA 1- CARACTERÍSTICAS DA DIVISÃO

Dominação social	Gres Panaria Portugal S.A
Capital Social	16.500.000 €
Unidade Industrial	Divisão Margres
Localização	Chousa Nova, freguesia de S. Salvador, concelho de Ílhavo, distrito de Aveiro
CAE (Revisão 3)/NACE	23312 (Código NACE 23.31) - Fabricação de ladrilhos, mosaicos e placas cerâmicas
Atividade	Produção de pavimentos e revestimentos em grés porcelânico
N.º de colaboradores	221 (em 2017)
Faturação	(37.565.349 € em 2017), sendo cerca de 50,7% deste valor obtido no mercado externo
Descrição dos produtos Produzidos	Grés porcelânico natural, polido, amaciado e retificado com formatos desde o 20x20 ao 60x120 cm
Produção média	7.615 m²/dia de produto
Relação com a casa Mãe	A estratégia geral é definida pelo Panariagroup (Itália), mas operacionalmente a Gres Panaria Portugal, S.A. é independente, com gestão autónoma
Sistema de Gestão Ambiental	Comum nas duas divisões da Grés Panaria Portugal S.A., desde Dezembro de 2009
Responsável Ambiental	Eliana Sá (eliana.sa@grespanaria.pt ; tef.: 00351234303030)

1.2 Principais Marcos Históricos da Empresa

- 1981 A história da empresa iniciou-se na década 80 com a então intitulada Maronagrês - Pavimentos Porcelânicos Limitada, fundada em 1981 com o objetivo de produção de artigos porcelânicos e afins, bem como o seu comércio e exportação.
- 1983 Inicia-se a produção de grés, na unidade construída na Chousa Nova, em Ílhavo.
- 1992 Desde 1992 tem alguns produtos certificados pelo Organismo de Certificação Sectorial do Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, cujas competências atualmente são do CERTIF – Associação para a Certificação de Produtos.
- 1995 Desde 1995 tem alguns produtos certificados pelo CSTB - Centre Scientifique et Technique du Bâtiment – França, usufruindo do uso da Marca NF-UPEC.
- 1997 Cria-se a Comporcer – Companhia Portuguesa de Cerâmica S.A., com vista à realização investimentos na indústria cerâmica, comércio, fabrico e exportação de produtos cerâmicos.
- 1998 Ocorre a fusão e cisão, com transferência de património de uma sociedade cindida (que incorporava a Maronagrês - Pavimento Porcelânicos Limitada) para a sociedade, mas com dominação social diferente, Maronagrês - Comércio e Indústria Cerâmica, S.A..
- 2000 O Sistema de Gestão da Qualidade foi certificado pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação segundo a norma NP EN ISO 9001:1995.
- Outubro de 2002 Aquisição do controlo operacional da Margres (ex. Maronagrês) pelo Panariagroup, um dos principais grupos italianos de cerâmica presente no mercado internacional com uma série de marcas prestigiadas (Panaria, Cotto D'Este, Fiordo, LEA).
- Setembro de 2003 Lançamento da marca Margres como marca de fabrico da Margres (ex. Maronagrês) (que era a marca de fabrico desde a sua fundação).
- 2003 O Sistema de Gestão da Qualidade é certificado pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação segundo a norma NP EN ISO 9001:2000.
- Novembro de 2004 Estreia na Bolsa de Milão, sendo cotada no mercado STAR da Panariagroup, e a Margres (ex. Maronagrês) como participada.
- Novembro de 2005 Aquisição da unidade industrial Novagres- Indústria Cerâmica S.A, localizada em Aveiro pela Panariagroup.
- Dezembro 2005 Sistema de Gestão Ambiental certificado pela APCER, em conformidade com a norma NP EN ISO 14001:2004.
- Junho 2006 A 6 de Junho obtém o registo no EMAS com n.º PT-000051.
- Dezembro 2006 A 28 de Dezembro ocorre a fusão por incorporação da Novagres na Maronagres com alteração das denominações sociais das empresas para Gres Panaria Portugal S.A, com duas divisões: Divisão Margres e Divisão Novagres.
- Maio 2008 Love Tiles passa a ser a Marca da ex Novagres e também nome da divisão: Gres Panaria Portugal — Divisão Love Tiles.
- Dezembro 2009 Organização de um centro logístico com vista a uma expedição centralizada das marcas na Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Love Tiles.
- Dezembro 2009 Transição do sistema de gestão da Qualidade para a norma NP EN ISO 9001:2008.
- Maio de 2010 Registo EMAS da Panaria Portugal, S.A.- Divisão Love Tiles.
- Maio 2012 A Panarigroup constituiu em Ahmedabad, uma joint-venture (JVC) com a Asian Granito India Ltd. Esta JVC tem uma participação de 50% da Panariagroup.
- Dezembro 2012 Abertura ao público-da área de showroom dos produtos marca Margres nas instalações da Panaria Portugal, S.A.- Divisão Love Tiles.
- Setembro 2013 Alteração de layout fabril nas secções do polido e escolha, que permitiu a movimentação automática do produto.

Julho 2015	Montagem de nova linha de produção, com Prensa PH 3590, que permitiu a produção do formato 90x90.
1 Semestre 2016	Montagem de nova linha de Polido, que permitiu aumentar a capacidade de processamento de material com acabamento superficial (Polido).
2017	Publicação do primeiro Relatório de Sustentabilidade do Grupo Panaria (Ano 2016)

1.3 Os Produtos

Os produtos produzidos na da Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres, são mosaicos em grés porcelânico “toda a massa”. Este tipo de produtos conjuga a elevada resistência com a beleza das pedras naturais, aliada a uma extrema facilidade de manutenção e limpeza.

Com uma produção em 2017 a rondar os 2,53 milhões de m² de grés porcelânico “toda a massa” e esmaltado, numa gama completa de formatos (desde 20x20 cm a 60x120 cm), superfícies, decorações e peças especiais. O produto Margres apresenta uma excelente resistência à abrasão e agentes químicos, elevada dureza superficial, uma absorção de água praticamente nula, elevada resistência mecânica e a choques térmicos.

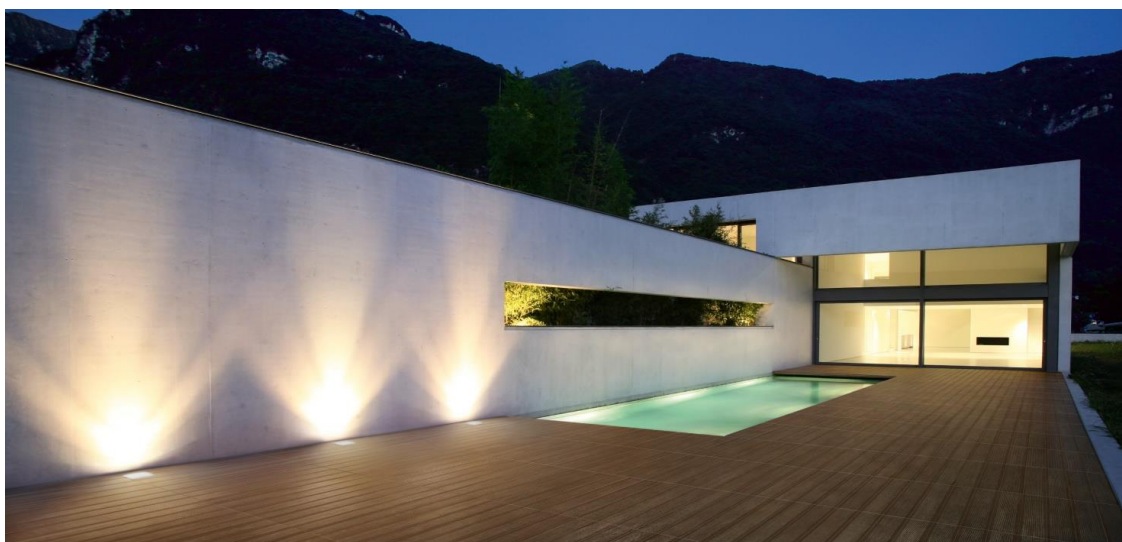


IMAGEM 2 – IMAGEM DO CATALOGO DA SERIE OPEN



IMAGEM 3 – IMAGEM CATALOGO DA SERIE TIME

1.4 O processo de produção

As matérias-primas utilizadas, são armazenadas em tuias separadas, sendo transportadas para tolvas independentes com células de carga onde é feita a dosagem automática por peso.

Posteriormente são transportadas para os moinhos descontinuos e moinho contínuo, onde é adicionada a água e o desfloculante. Após esta operação, a suspensão resultante (barbotina) é crivada, e descarregada para tanques de armazenagem, com agitação lenta.

Simultaneamente, é preparado um concentrado de cor com as matérias-primas auxiliares, os corantes.

A barbotina é então misturada e bombeada para o tanque de alimentação do atomizador, e deste tanque é bombeada a alta pressão para o atomizador onde sofre uma secagem, resultando o pó cerâmico com as características adequadas à operação seguinte: conformação.

O atomizador funciona com gás natural. O pó cerâmico resultante é peneirado à saída do atomizador e transportado por telas transportadoras para os silos de armazenagem.

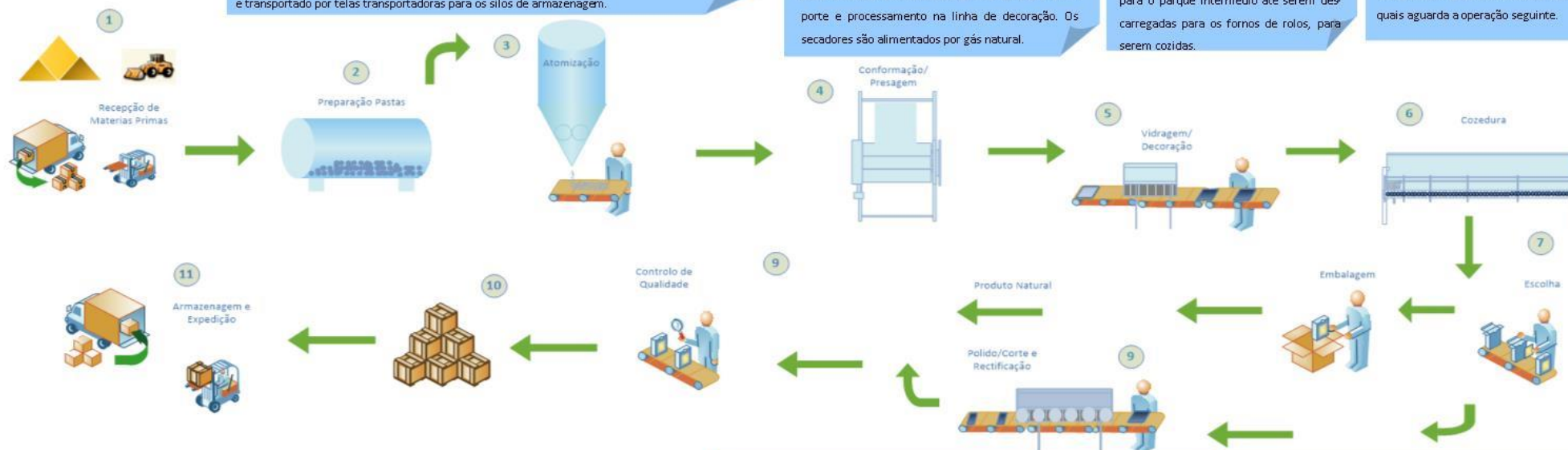
A prensagem é efetuada em prensas hidráulicas de grande capacidade. Após a prensagem, operação na qual a peça adquire a sua forma e parte das características mecânicas e superficiais, o material é transportado para os secadores, onde é efetuada a operação de secagem, que consiste em retirar a quase totalidade da humidade ainda existente no pó atomizado, conferindo, desta forma, às peças as restantes características mecânicas que permitirão o seu transporte e processamento na linha de decoração. Os secadores são alimentados por gás natural.

A empresa possui quatro linhas de decoração, nas quais são efetuadas as aplicações de decoração, sendo igualmente utilizada como linha de transporte. A decoração é efetuada por aplicação de finas camadas de vidro por aerógrafo ou utilizando o método serigráfico¹ ou a impressão digital. A aplicação de decorações é esporádica. Após esta fase as peças irão para o parque intermédio até serem descarregadas para os fornos de rolos, para serem cozidas.

A cozedura realiza-se em fornos de rolos alimentados a gás natural.

O processo de cozedura é completamente controlado, principalmente na temperatura e nos ciclos, em função das dimensões e das características técnicas do produto final.

O material cozido, após sair do forno é transportado para paletes em ferro, nas quais aguarda a operação seguinte.



O Produto final é armazenado num parque de produto final localizado na Love Tiles, aguardando a encomenda para o seu envio para o cliente.

O controle de qualidade ou inspeção final efetua uma inspeção do produto embalado de forma a detetar qualquer erro na escolha do material.

Parte do produto, processado como descrito anteriormente, é enviado para a secção de Polimento, onde é submetido a desgaste por fricção de abrasivos, de grão sucessivamente mais fino e retificado ou, o material pode ser só amaciado ou só retificado. No caso de peças especiais de rodapé, degraus ou peças de escada, o produto é submetido a uma operação de corte e boleamento das arestas utilizando abrasivos diamantados. No final da linha é limpo com água e seco com ar, escolhido e embalado em caixas de cartão (posteriormente, paletizado como o material não polido).

A escolha do produto final incide sobre dois tipos de defeitos: os defeitos visuais, detetados pelos operadores; e os defeitos dimensionais, calibres e planaridade, detetados por equipamentos automáticos instalados nas linhas de escolha. Segue-se a operação de embalagem em caixas de cartão e a posterior colocação das caixas em paletes de madeira que são cintadas e plastificadas. Após esta operação as paletes são enviadas para o armazém de produto acabado.

Nota 1: Em 2018 já existem poucas séries serigrafadas, mas em 2017 foram produzidas várias séries

IMAGEM 4 – FLUXOGRAMA DO PROCESSO PRODUTIVO

2 - O Sistema de Gestão Ambiental

2.1 Estrutura e Critérios Adotados no Sistema de Gestão

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Gres Panaria Portugal, S.A. – Divisão Margres encontra-se implementado de acordo com os requisitos da norma NP EN ISO 14001:2015 e do Regulamento (CE) N.º 1221/2009 do Parlamento do Conselho Europeu de 25 de novembro de 2009 (EMAS), alterado pelo regulamento (CE) n. 2017/1505 de 29 de Agosto de 2017. O sistema encontra-se integrado num sistema único de gestão, para as áreas do ambiente, qualidade e segurança e saúde no trabalho.

O SGA visa prioritariamente a proteção do ambiente minorando o impacto ambiental das suas atividades levando em consideração o ciclo de vida e considerando o contexto da organização e os requisitos das partes interessadas e abrange a totalidade da organização.

O funcionamento do SGA engloba na sua gestão os seguintes pontos:

- Definição da Organização e do seu contexto e identificação de necessidades e expectativas de partes interessadas relevantes;
- Orientações estratégicas;
- Gestão dos aspetos ambientais e sua atualização levando em consideração o ciclo de vida;
- Estabelecimento de Objetivos de Sustentabilidade e planeamento de ações para os atingir;
- Gestão dos riscos e oportunidades do SGA;
- Identificação das obrigações de conformidade e sua avaliação;
- Definição das ações de controlo operacional e de monitorização e medição para garantir o cumprimento da Política, dos objetivos, das obrigações de conformidades aplicáveis, a minimização dos riscos e potencialização das oportunidades, bem como melhoria do desempenho ambiental;
- Identificação e gestão de situações de emergência;
- Gestão de não conformidades e ações corretivas;
- Gestão dos registos e documentos do sistema;
- Gestão do Programa das Auditorias;
- Elaboração da Declaração Ambiental;
- Revisão pela Gestão e adequação da Política de Sustentabilidade;
- Gestão dos recursos (humanos, técnicos e financeiros)

A estrutura organizacional da Gres Panaria Portugal desde 8 de setembro 2017 encontra-se representada no esquema seguinte:

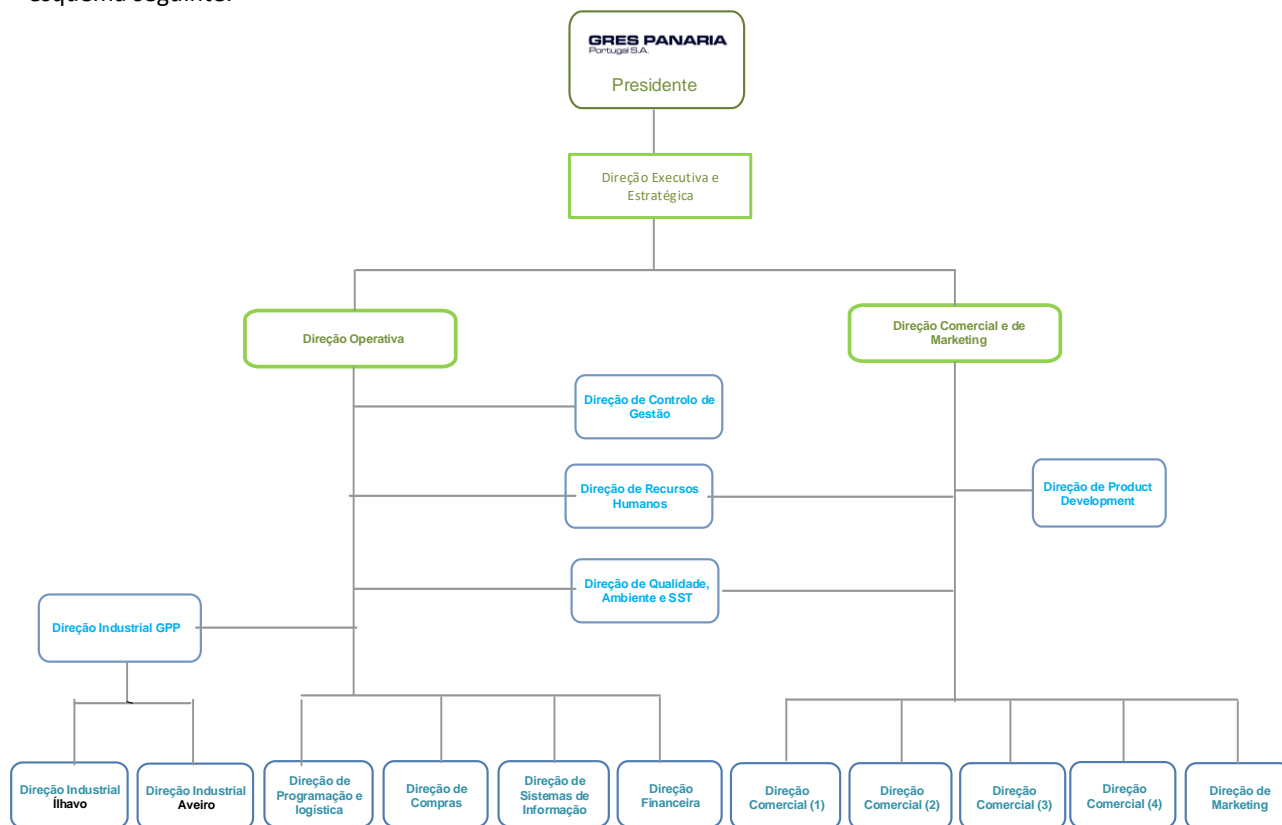


IMAGEM 6 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA GRES PANARIA PORTUGAL

2.2 Política de Sustentabilidade

A Política de Sustentabilidade foi atualizada em 19 janeiro de 2017 e 23 de abril de 2018, sendo única para as duas Unidades Industriais da Gres Panaria Portugal. Esta última alteração centrada nas alterações da norma ISO 14001:2015.

Através da **Política de Sustentabilidade** estão estabelecidos os princípios que orientam a conduta ambiental da Unidade Industrial, nomeadamente o seu compromisso de melhoria contínua, incluindo a melhoria do desempenho ambiental, o cumprimento das obrigações de conformidade, privilegiando a proteção do ambiente e a adoção das melhores práticas ambientais.

Política de Sustentabilidade

A Gres Panaria Portugal S.A., consciente das suas responsabilidades ambientais e sociais assume o compromisso com os princípios de orientação estratégica determinantes para a melhoria contínua do Sistema de Gestão Integrado, bem como o desenvolvimento sustentável do negócio e a remuneração do capital investido.

Assim, a administração da Gres Panaria Portugal assume os seguintes compromissos:

Satisfação dos clientes e restantes partes interessadas, procurando a internacionalização das suas marcas e produtos nos diversos mercados;

Inovação e desenvolvimento dos produtos antecipando as expectativas dos seus clientes e assegurando a sustentabilidade dos produtos ao longo do seu ciclo de vida;

Implementação de uma cultura de excelência operacional que potencie a maximização da eficiência dos processos.

Envolvimento e motivação dos seus colaboradores pois constituem um ativo determinante para o sucesso da empresa;

Proteção do ambiente, incluindo a prevenção da poluição, contribuindo para a minimização dos impactes ambientais e optando sempre que possível e economicamente viável pelas melhores tecnologias disponíveis, a fim de melhorar o desempenho ambiental;

Prevenção e minimização do risco para a saúde e segurança dos colaboradores por forma a contribuir para sua integridade e qualidade de vida.

Cumprimento das obrigações de conformidade aplicáveis, inerentes às suas atividades produtos e serviços;

Compromete-se assim a implementar, documentar, comunicar, rever e divulgar a presente Política de Sustentabilidade, bem como os restantes pressupostos estratégicos, a todos os colaboradores e restantes partes interessadas numa perspetiva de transparência organizacional, procurando envolver no seu Sistema de Gestão os colaboradores, os clientes, os fornecedores, comunidade local e sociedade em geral.

23 de Abril de 2018



Marco Mussini

2.3 Aspectos Ambientais Significativos e Impactes associados

A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres procede à identificação dos aspetos ambientais diretos (que pode controlar) e indiretos (que pode influenciar) e os respetivos impactes associados, em condições normais, anormais e de emergência, levando em consideração o seu ciclo de vida.

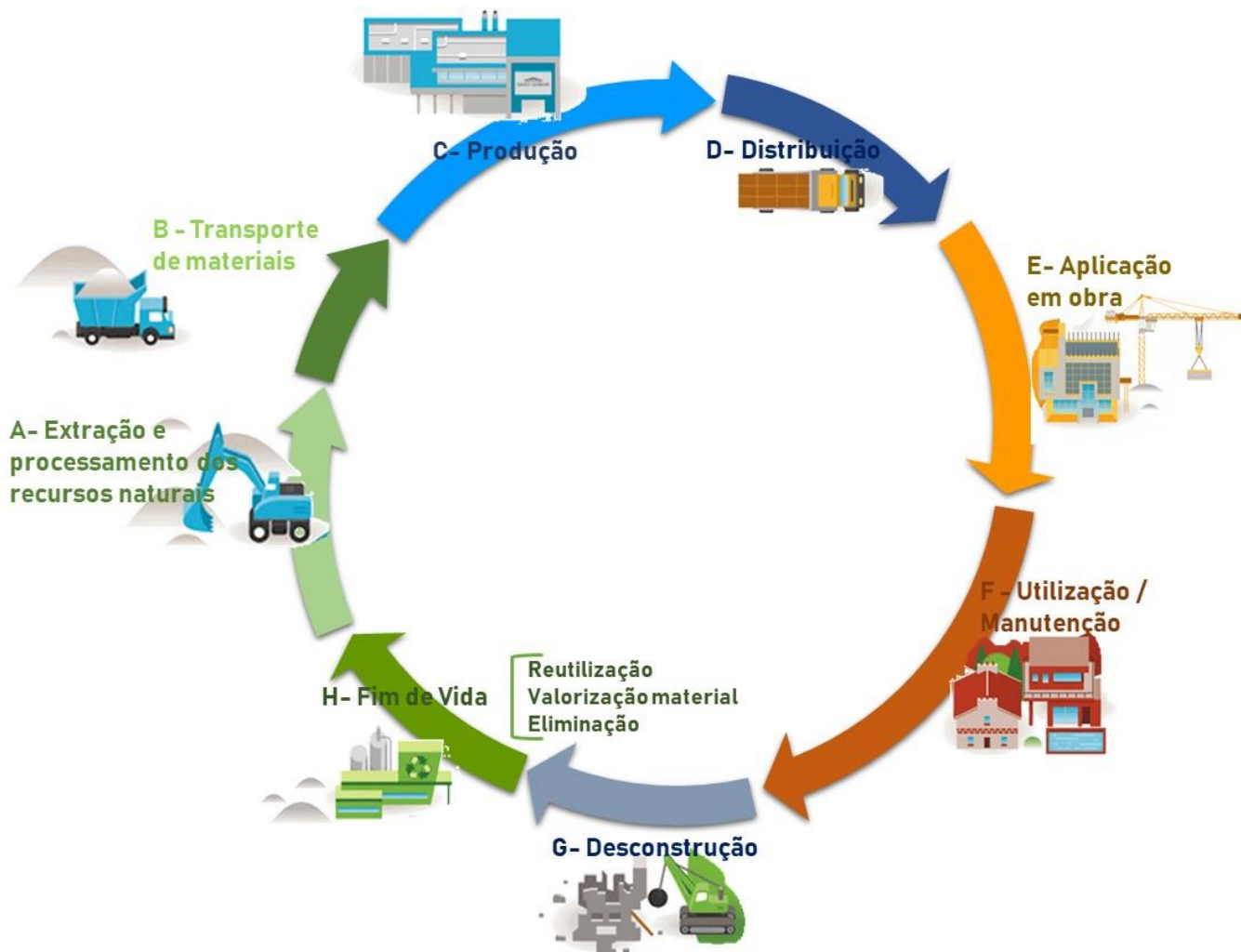
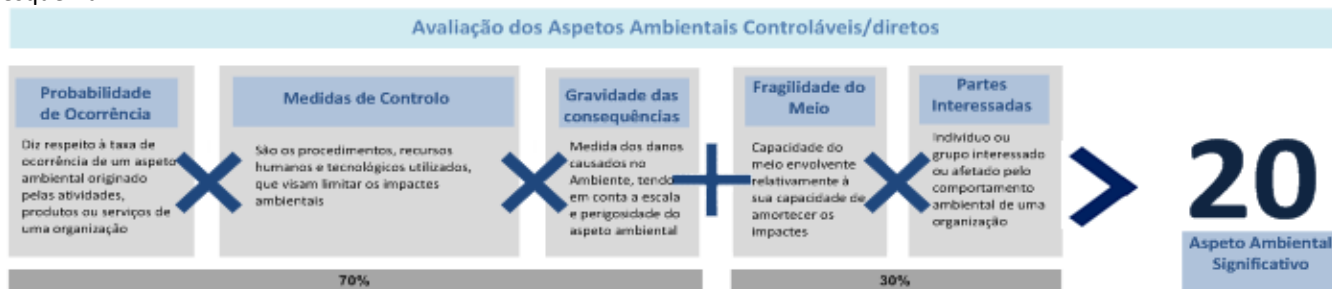


Imagem 7- Fases do Ciclo de vida de um produto de construção

Aspetos ambientais diretos

A avaliação da significância dos aspetos ambientais diretos/controláveis é realizada atribuindo a cada critério uma classificação de 1 a 5, sendo o “5” o mais penalizante. A significância dos aspetos ambientais é obtida de acordo com o esquema:



Os Aspectos Ambientais significativos estão descritos no Tabela 2 assim como as principais atividades que contribuem para os mesmos.

Tabela 2 - Aspectos ambientais e impactes significativos **adversos/negativos**

Aspeto Ambiental	Impacte Ambiental	Fase do Ciclo de Vida	Atividade/Processo/Produto/ Serviço									Condição Operação	Medida de Controlo							Riscos/Oportunidades
			Receção de matérias-primas	Preparação de Pastas e atomização	Prensagem/Conformação e secagem	Decoração	Cozedura	Polido	Escolha e Embalagem	Armazenagem e expedição	Manutenção		Controlo operacional	Prevenção e resposta à emergência	Indicador desempenho Ambiental	Monitorização	Formação/sensibilização	Cumprimento de licenças, títulos, planos de racionalização e outros	Objetivo de Sustentabilidade 2017	
Consumo de MP e auxiliares	Redução de recursos naturais	C		✔		✔					N	✔	✔					✔		
Consumo de Materiais (Embalagem)	Redução de recursos	C						✔	✔	✔	N		✔							
Consumo de água (furos)	Redução de recursos hídricos	C		✔		✔		✔			N	✔			✔	✔	✔			
Consumo Energia (Elétrica)	Impactes da produção e transporte de energia	C	✔	✔	✔	✔	✔	✔	✔	✔	N	✔	✔	✔			✔	✔		
Consumo de Energia (Gás Natural)	Redução dos Recursos Naturais	C		✔	✔		✔		✔		N	✔	✔	✔	✔		✔	✔		
Produção de Resíduos de caco cozido	Impactes da valorização externa do resíduo	C					✔	✔	✔	✔	N	✔	✔		✔		✔			
Produção de Resíduos de lamas ETARI	Ocupação do solo	C		✔		✔		✔			N	✔	✔							
Emissões Gasosas (fonte fixa)	Poluição atmosférica	C		✔	✔	✔	✔				N	✔	✔	✔		✔		✔		
Emissões Gasosas (difusas)	Poluição atmosférica	C	✔	✔	✔					✔	N	✔		✔						
Emissão de GEE	Alterações climáticas	C	✔	✔	✔		✔		✔	✔	N	✔	✔	✔		✔	✔	✔		
Produção de efluente líquido	Poluição hídrica	C		✔		✔		✔			N		✔		✔	✔				
Área de Construção	Impermeabilização solos	C								✔	N					✔				
Produção de ruído	Poluição sonora	C	✔	✔	✔	✔	✔	✔	✔	✔	N	✔		✔	✔			✔		

*N- Normal; E- Emergência

A Margres, identificou aspetos ambientais com **impacto benéfico/positivo** no ambiente, decorrente da reincorporação de águas residuais, numa perspetiva de ciclo de vida e promoção da economia circular.

Tabela 3 - Aspetos ambientais com **impactes benéficos**

Aspetos Ambiental	Descrição	Impactes Ambiental
Consumo de água	Utilização de água da ETARI (reciclada) no processo produtivo	Poupança de recursos hídricos (Impacto associado à descarga do efluente no meio recetor e extração de recurso água)

Aspetos ambientais indiretos

A identificação dos aspetos ambientais é efetuada com base na análise das atividades, produtos e serviços, levando em consideração o ciclo de vida.

No que se refere à significância de um aspeto ambiental indireto, os critérios utilizados baseiam-se na existência de obrigações de conformidade aplicáveis a terceiros que possam afetar o cumprimento por parte da Margres.

A atribuição do critério de obrigações de conformidade e outros aplicáveis, é conforme a seguinte descriminação, da tabela 4.

Tabela 4- Critério de avaliação aspetos ambientais indiretos

Significância	Categoria	Descrição da aplicabilidade de obrigações de conformidade
1	Significativo	Existem e, embora aplicáveis a terceiros, podem afetar o cumprimento por parte da Love Tiles
2	Não Significativo	Existem, aplicáveis a terceiros, mas não afetam o cumprimento por parte da Love Tiles
3	Não Significativo	Não existem

Os aspetos ambientais e impactes significativos indiretos encontram-se resumidos na tabela 5.

A identificação de aspetos ambientais indiretos é realizada para as situações normais.

Tabela 5- Aspectos ambientais indiretos significativos por tipo de Atividade/Produto/Serviço do ciclo de vida do produto

Aspectos Ambientais	Impacte	Atividade/ Produto/ Serviço									
		Matérias-primas da Preparação da Pasta	Matérias-primas da Preparação de Vidros e outras substâncias químicas	Pavimento e Revestimento produzidos Panaria group	Pavimento e revestimento produzidos em regime de Subcontratação	Produção de louça sanitária: Mimic	Produção de Massa de junta	Transporte e Tratamento de Resíduos	Transportes de produto	Meios de promoção	Manutenção de equipamentos/ Outros
Consumo Energia	Impactes associados à produção de energia e transporte (recursos renováveis, centrais térmicas-gás, fuel ou carvão) Impactes associados ao ciclo de vida dos combustíveis (impactes da extração e transporte do crude, refinação, transporte e utilização dos combustíveis na empresa)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Consumo de água	Impactes associados à utilização deste recurso natural, das circunstâncias do local de captação (abundância, quantidade e qualidade da origem de água)	X	X	X	X	X					
Consumo de Materiais	Impactes associados ao ciclo de vida das matérias-primas (impactes da extração e transporte e da sua utilização na empresa)	X	X	X	X	X				X	X
Emissões Gasosas	Impactes na qualidade do ar, com efeitos na saúde de pessoas nos ecossistemas, no clima (impactes que dependem das características das emissões, da sua qualidade e da sensibilidade dos meios recetores)	X	X	X	X	X		X	X		
Produção de Ruído	Impactes na vizinhança por incomodidade (depende da intensidade, duração, horário da emissão e da sensibilidade da vizinhança)	X	X	X	X	X		X	X		
Produção de Resíduos	Impactes associado ao transporte e destino final dos resíduos, que depende do tipo de resíduos e do seu destino final (reutilização, reciclagem, valorização energética, aterro, etc...)	X	X	X	X	X		X	X	X	X
Produção de Efluente Líquido	Impactes associados ao tratamento das águas residuais e à sua descarga (impactes que dependem das características das águas residuais, da sua quantidade e da sensibilidade)	X	X	X	X	X					
Fase do ciclo de vida		A	A	A B C	A B C	A B C	A B C	B C	D	A C	C

Cenários de emergência

No que se refere aos aspetos ambientais relacionados com situações de emergência são também classificados utilizando a mesma metodologia que os aspetos diretos/controláveis para a atribuição da significância.

Os cenários/situações de emergência identificados são:

- 01 – Incêndio e Explosão;
- 02 - Fuga de gás;
- 03 – Derrame;
- 04 – Catástrofe Natural.

O cenário 03 – Derrame abrange derrame de combustível, óleo, produto químico ou águas residuais.

Estão definidos procedimentos genéricos a tomar em caso de emergência dentro das instalações e no perímetro próximo exterior à mesma.

Além destes procedimentos, a Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres tem aprovadas (a 17.05.2016) e implementadas Medidas de Autoproteção de acordo com o Decreto-Lei 220/2008, alterado pelo DL 224/2015 e Portarias associadas, para a 1.ª categoria de risco de incêndio, utilização tipo XII.

Os meios de 1ª intervenção existentes são:

- Kit de emergência para derrames;
- Extintores;
- Rede de incêndio armada;
- Botoneiras de alarme.

De forma a tornar operacionais os procedimentos e contribuir para o treino dos colaboradores, são realizados exercícios de simulacro, onde se testam os modos de atuação previsto, com vista á melhoria contínua.

Em 2015 arrancou o programa de simulacros para o triénio 2015-2016-2017, sendo que para o ano 2015 foi realizado simulacro para o cenário de incêndio e foi ministrada formação sobre meios de 1ª intervenção para combate incêndio.

Em 2016 foi simulado e testado o modo de atuação definido para uma fuga de gás.

Em 2017, ocorreu ainda um derrame de óleo durante a reparação da Prensa N.2. os procedimentos de atuação em emergência foram testados. O simulacro de **derrame**, previsto no Programa para 2017, ficou cancelado e integrou-se no Programa de Simulacros para o triénio 2018-2020.





Não foi testado o simulacro de catástrofe natural, mas foram realizados investimentos ao nível das infraestruturas, com remodelação das coberturas mais antigas em fibrocimento, o que diminui significativamente os potenciais efeitos de uma catástrofe natural.



2.4 Programa de Gestão Ambiental

A Gres Panaria Portugal, S.A. – Divisão Margres está consciente que o desempenho do sistema implementado pode ser melhorado pela redução dos impactos ambientais negativos. Neste sentido, definiu o seguinte Programa de Gestão Ambiental, que contempla os aspetos ambientais significativos e outros com importância para o seu Sistema.

Objetivos e Programa Ambiental 2017

Tabela 6 – Resultado do programa ambiental definido para 2017

Aspeto Ambiental	Objetivo	Indicador	Resumo das Ações	Meta	Resultado 2017	Cumprimento/ Desvio Meta
Produção de Resíduos	Manter produção específica de resíduos	Produção específica de resíduos (t/t)	- Controlo de novas fontes de produção de resíduos e implementação de medidas de controlo. - Otimização e manutenção da operacionalidade da nova linha de embalagem que faz a própria impressão nas caixas de cartão. - Manter a otimização para as restantes caixas (uma embalagem, vários produtos).	Caco: 0,03 t/t	Caco: 0,05 t/t	desvio à meta: + 67% 
			- Manter a operacionalidade dos sistemas de recolha (contentores) e de acondicionamento de resíduos (parque de resíduos e equipamentos de compactação). - Revisão/atualização de destinos finais e custos.	Lamas: 0,10 t/t	Lamas: 0,12 t/t	desvio à meta: + 20% 
			- Monitorização de desempenho, ao nível da produção de resíduos, segundo métrica dos indicadores EMAS. - Atuação face a desvios ou tendências de aumento. - Divulgação de resultados (placards gerais).	Outros**: 0,01 t/t	Outros**: 0,01 t/t	desvio à meta: 0% 
Consumo de Água	Diminuir o consumo específico de água do furo	Consumo específico de água do furo (m³/t)	-Sensibilização para o aspeto ambiental consumo de água. -Manter a operacionalidade do sistema de água reciclada. - Manter as práticas de utilização de água reciclada nas Linhas e Pastas. - Controlo dos consumos de água de furo. - Atuação perante desvios ou tendências de aumento do consumo. - Monitorização de desempenho, ao nível do consumo de água do furo, segundo métrica dos indicadores EMAS, - Divulgação de resultados (placards gerais).	1,40 m³/t	1,51 m³/t	desvio à meta: +7,9% Diminuição face a 2016 de 3,8% 

Aspeto Ambiental	Objetivo	Indicador	Resumo das Ações	Meta	Resultado 2017	Cumprimento/ Desvio Meta
Consumo de Energia	Manter o consumo específico de de energia	Consumo específico energia total (MWh/t)	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da iluminação natural: substituição de telhas translúcidas e manutenção de pavilhões mais antigos. - Substituição de equipamentos mais antigos: substituição de Linha de Retificação. - Acompanhamento das ações previstas na auditoria energética (DL 68-A/2015). - Acompanhamento dos consumos, com discussão dos mesmos nas reuniões de produção e meeting. - Atuação face a desvios ou tendências de aumento do consumo. - Monitorização de desempenho, ao nível do consumo de energia, segundo métrica dos indicadores EMAS, - Divulgação de resultados (placards gerais). 	2,14MWh/t	2,12MWh/t	 desvio à meta: - 0,9%
Emissões de gases com efeito de estufa	Manter a emissão específica de dióxido de carbono	Emissão específica de CO ₂ (tCO ₂ /t)	<ul style="list-style-type: none"> - Controlo de novas fontes de consumo/emissão. - Manter a operacionalidade dos sistemas de recuperação de ar quente. - Manter a afinação e calibração (quando aplicável) dos equipamentos de queima de gás natural - Manter em condições controladas o estado de conservação e manutenção da tubagem de gás natural, nomeadamente controlo de fugas. - Manter o rigor nas metodologias de cálculo das emissões, em conformidade com as recomendações da APA. - Acompanhamento das emissões, de acordo com metodologia aprovada, com divulgação de resultados (placards gerais). - Garantir a atualização do TEGEE. - Verificação interna CELE. 	0,33tCO ₂ /t	0,33 tCO ₂ /t	 desvio à meta: 0%

*-Exclui resíduos de caco de abate fiscal.

** - Exclui-se resíduos RCD.



Objetivo/meta atingido;



Objetivo/meta não atingido mas com melhoria de desempenho comparativamente ao ano anterior



Objetivo/meta não atingido e com resultado pior que no ano anterior

Nota: O estado da ação e a análise das causas, estratégias adotadas para a minimização no caso de desvios, encontra-se detalhado no capítulo Desempenho Ambiental para cada aspeto ambiental na rubrica atividades/ ações desenvolvidas em 2015/16 e análise de evolução.

Os únicos objetivos que pioraram o desempenho face ao ano anterior foi a produção de resíduos e caco.

2.5 Formação, sensibilização e Comunicação Interna

O envolvimento, motivação e participação dos colaboradores no sistema de gestão ambiental é promovido através de diversas ferramentas, tais como as caixas de sugestões, placards informativos, reuniões promovidas com colaboradores ao nível das várias direções e ações de formação e sensibilização.

O Manual de Acolhimento possui também informação sobre o sistema de gestão, incluindo a Política de Sustentabilidade e algumas boas práticas ambientais, incentivando-se as sugestões de melhoria.

O Regulamento para Fornecedores, é outro meio utilizado para informar das práticas ambientais e de segurança, incluindo emergência que é necessário respeitar na Gres Panaria Portugal.

Nas caixas de sugestões, são recolhidas sugestões que incluem o ambiente e que são tratadas com cada responsável de área e de acordo com Regulamento Sugestões de Melhoria.

Em 2015, foi feita uma auscultação aos colaboradores, por amostragem, utilizando um questionário e os resultados obtidos demonstraram que os colaboradores conhecem os aspetos ambientais da empresa e as ações de prevenção e minimização, com um índice de consciência ambiental de 70%. As questões relativas ao aspeto ambiental emissões gasosas (Ar) foi o pior classificado, com 54%. No entanto, ficou concluído que durante as entrevistas os colaboradores responderam em termos de SST e não de ambiente, ou seja, qualidade do ar nos postos de trabalho em vez de qualidade do ar exterior.

No terceiro trimestre de 2017, a Gres Panaria Portugal, levou a cabo um diagnóstico do Clima Social, nas 2 unidades industriais da Grés Panaria Portugal, que deu origem ao relatório final de análise do clima organizacional.

Foram auscultados:

- universo inicial de 400 colaboradores
- **respostas de 304 colaboradores**
- **76%** do conjunto de colaboradores da Grés Panaria Portugal respondeu ao questionário
- **284 questionários de colaboradores operacionais**
- 20 questionários de supervisores e chefias

A grande maioria dos colaboradores (+85%) reconhece o **trabalho importante** feito pela Gres Panaria **no Ambiente**. Colaboradores com diferentes funções e responsabilidades concordam quanto à **preocupação** e **investimento** da Gres Panaria **no Ambiente**.



De acordo com as necessidades dos colaboradores, são planeadas as ações de formação e sensibilização, incluindo as necessárias para assegurar as competências dos colaboradores com responsabilidades ambientais.

Em 2017, destacam-se as seguintes ações de formação:

- Gestão Ambiental, carga horária 60 horas e envolvendo a participação de 1 colaborador.
- Guias eletrónicas de acompanhamento de Resíduos e-GAR, carga horaria global de 5 horas abrangendo 4 colaboradores;
- Sustainability Talks, carga horária 6 horas e envolvendo a participação de 1 colaborador;
- Sistema de gestão Integrado QAS, carga horária 12 horas e envolvendo a participação de 1 colaborador.

- Sensibilização Qualidade, Ambiente e segurança carga horaria global de 197 horas abrangendo 102 colaboradores.

Mensalmente, é publicada uma Newsletter Interna GPP, que relata os principais acontecimentos que marcaram o mês.

Durante 2017 para a sensibilização ambiental aos colaboradores contribuíram a publicação dos seguintes cartazes e/ou iniciativas:

- Iniciativa do DIA MUNDIAL DA ÁRVORE, em que plantou simbolicamente, uma árvore de fruto em cada unidade industrial, dia 21 de Março;
- Cartaz DIA MUNDIAL DA ÁGUA, 22 de Março;
- Cartaz DIA MUNDIAL DO AMBIENTE com o tema LIGAR AS PESSOAS à NATUREZA dia 5 de junho;
- Dia mundial da Alimentação, foi afixado um cartaz sobre a importância da alimentação saudável e foi distribuído com uma mensagem uma maçã a cada colaborador, no dia 16 de outubro;
- Cartaz RESULTADOS 9º PEDITÓRIO DA ECOPILHAS em dezembro 2017

2.6 Comunicação Externa e Relações Externas

As Declarações Ambientais, constituem um instrumento de excelência de comunicação e diálogo com o público e outras partes interessadas, tendo o objetivo de fornecer informações de carácter ambiental, relativas aos aspetos e impactes ambientais das atividades, produtos e serviços e à melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

O Departamento de Marketing tem como objetivo promover nacional e internacionalmente as marcas da Gres Panaria Portugal S.A. – Margres Ceramic Tiles, Love Ceramic Tiles, Easy Ceramic Tiles, Bloom Ceramic Tiles, Mimic e Outlet Ceramic Tiles - e criar impacto emocional e awareness das marcas através de várias plataformas on line onde está presente:

- Site Gres Panaria Portugal
www.grespanaria.pt
- Site Margres
www.margres.com
- Site Love Tiles
www.lovetiles.com
- Site Outlet Ceramic Tiles
www.outletceramictiles.com
- Site Mimic
www.mimicconcept.com
- LinkedIn Gres Panaria Portugal
www.linkedin.com/company/gres-panaria-portugal
- Facebook Margres
www.facebook.com/Margres-105371072040/
- Facebook Love Tiles
www.facebook.com/lovetiles
- Facebook Love Tiles Cycling Sports Team
<https://www.facebook.com/Love-Tiles-Cycling-Sports-Team-1429467134010113/>
- Facebook Outlet Ceramic Tiles
www.facebook.com/OutletCeramicTiles/
- You Tube Margres
www.youtube.com/user/MargresCeramicTiles
- You Tube Love Tiles
www.youtube.com/user/lovetiles
- Pinterest Margres
www.pinterest.com/MargresCeramic
- Pinterest Love Tiles
www.pinterest.com/lovetiles
- Flickr Margres
www.flickr.com/photos/margres
- Flickr Love Tiles
www.flickr.com/photos/love_tiles
- Twiter Love Tiles
twitter.com/Love__Tiles

A empresa participa em várias feiras internacionais, tais como, Cersaie (Itália) e Batimat (Russia), 100% Design (Inglaterra), Architec@work (França), Interbuild (África do Sul), SIB (Marrocos) e está presente na imprensa e revistas da especialidade.

Dinamiza workshops técnicos e convida os seus stakeholders para visitar os showrooms.

Os requisitos ambientais a fornecedores /subcontratados está disponível no site da empresa, disponíveis para download.

Assume um espírito empreendedor ao atribuir prémios a jovens e ao dinamizar concursos, como por exemplo “A casa de banho ideal”.

Atribui o prémio “Margres Arquitetura” como forma de distinguir, promover e incentivar o reconhecimento público dos autores de obras de arquitetura. Pretende-se premiar as obras de evidente qualidade arquitetónica que revelem coerência, inovação e sentido estético, na aplicação dos materiais cerâmicos.

Tem como principais parceiros:



É patrocinador do Clube de Golf dos Arquitetos e patrocinador oficial do Love Tiles Douro Granfondo, Alavarium Love Tiles - Women's Handball, Archi Summit, entre outros e tem uma equipa e escola de ciclismo, a **Love Tiles Cycling Team**.



No dia 3 de junho de 2017, realizou-se pela segunda vez o Dia Gres Panaria Portugal, um dia em que se celebrou a união e confiança entre todos os colaboradores.



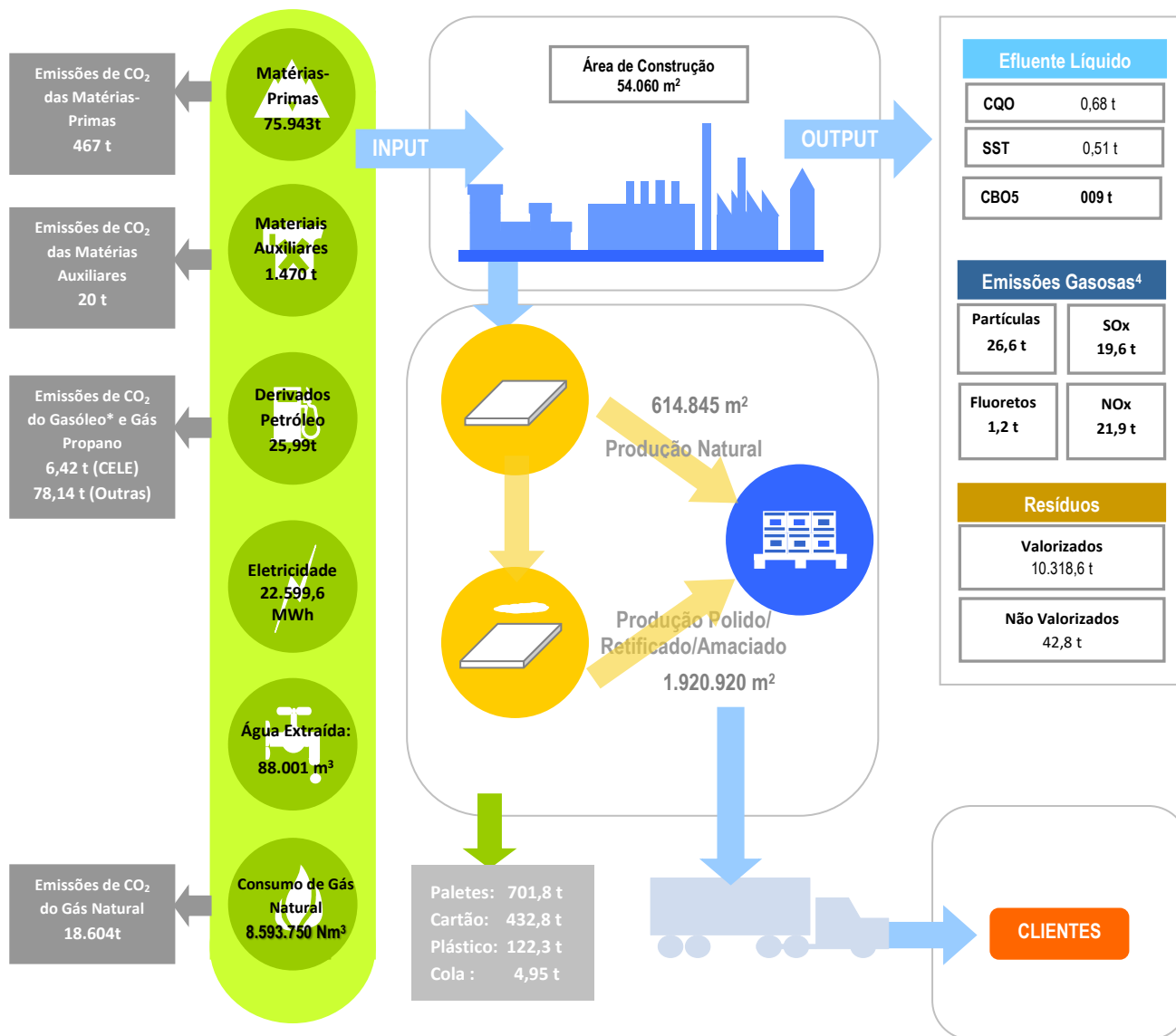
A Gres Panaria Portugal tem dois showrooms abertos ao público e recebe visitas planeadas dos seus clientes, para ambas as marcas, incluindo a marca Love Tiles. Os Showrooms de Lisboa e Aveiro receberam, durante o ano de 2017, um total de 4309 visitantes.

Em 2017 a Gres Panaria Portugal doou em dinheiro e material cerca de 31.000€ para cerca de 13 instituições.

3-Desempenho Ambiental

Neste capítulo descrevem-se resumidamente os resultados relativos à evolução do desempenho ambiental e ações desenvolvidas em 2017 e a desenvolver ainda até ao final do ano, no seguimento do compromisso de melhoria contínua.

3.1 Indicadores globais de desempenho ambiental 2017



*- geradores de emergência (CELE)

IMAGEM 7 – DESEMPENHO AMBIENTAL 2017

Tabela 7 – Desempenho ambiental da Unidade Industrial de Ílhavo (valor A e B)

Área			Indicador	Unidade	Resultados		
					Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
			Produção (B)	t	52.368,78	58.558,32	58.442,44
			Produção	m²	2.314.949,80	2.565.444,64	2.535.764,75
Eficiência Energética	Consumo de Energia	Total	MWh	116.971,83	124.178,54	124.708,59	
		Elétrica	MWh	21.037,56	22.033,08	22.599,58	
		Gás Natural	MWh	95.420,46	101.797,09	101.275,58	
		Gasóleo	MWh	513,82	348,37	310,92	
	Consumo de energia a partir de fontes renováveis produzidas pela empresa		MWh	0	0	0	
Eficiência dos Materiais	Consumo de matérias-primas		t	68.834,09	74.336,04	75.943,02	
	Consumo de matérias auxiliares		t	1.317,71	1.513,36	1.469,46	
Água	Consumo de água subterrânea (furos)	Total	m³	81.904	91.797	88.001	
Resíduos	Resíduos totais		t	9.479,68	9.557,16	10.375,6	
	Resíduos não perigosos	Caco (LER: 10 12 08)*	t	2.185,79	2.681,51	2.829,44	
		Lamas (LER: 10 12 13)*	t	5.580,38	5.654,52	6.805,93	
		RIB's (LER: 10 12 99)	t	36,94	32,74	37,42	
		Outros não perigosos	t	1.665,24	1.139,91	639,91	
	Resíduos perigosos		Kg	11.323,8	48.489,0	48.693,1	
Biodiversidade	Utilização dos Solos, área construída		m²	54.060	54.060	54.060	
Emissões de gases com efeito de estufa	Emissões de CO ₂ CELE		tCO ₂	18.126,30	19.350	19.097,25	
	Emissões de CO ₂ Restantes		tCO ₂	128,83	90,95	78,02	
Emissões Gasosas	Emissão de NOx total		Kg NOx	13.294,28	12.868,37	21.902,94	
	Emissão de SO ₂ total**		Kg SO ₂	17.543,52	19.617,04	19.578,22	
	Emissão de Partículas total		Kg PTS	21.555,07	23.019,01	26.610,03	

n.d. – dado ainda não disponível

* - Resíduos enviados para valorização.

**- A emissão de SO₂ é resultado de fatores de emissão do PRTR, uma vez que a empresa está dispensada da sua monitorização pela CCDRC face ao uso de gás natural (combustível com emissão vestigial ou nula)

Tabela 8 – Indicadores de Desempenho ambiental da Unidade Industrial de Ílhavo (valor R)

Área	Indicador	Unidade	Resultados			Evolução	
			Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017		
Eficiência Energética	Total	MWh/t	2,23	2,12	2,12	😐	
	Consumo de Energia	Elétrica	MWh/t	0,40	0,38	0,39	😞
		Gás Natural	MWh/t	1,82	1,74	1,73	😊
		Gasóleo	MWh/t	0,01	0,01	0,01	😐
	Consumo de energia a partir de fontes renováveis produzidas pela empresa		MWh/t	0	0	0	--
Eficiência dos Materiais	Consumo de matérias-primas e auxiliares	t/t	1,34	1,30	1,32	😞	
Água	Consumo de água subterrânea (furos)	m³/t	1,56	1,57	1,51	😊	
Resíduos	Resíduos totais		t/t	0,181	0,163	0,177	😞
	Resíduos não perigosos	Caco (LER: 10 12 08)*	t/t	0,04	0,046	0,048	😞
		Lamas (LER: 10 12 13)*	t/t	0,107	0,097	0,116	😞
		RIB's (LER: 10 12 99)	t/t	7,00E-04	6E-04	6E-04	😐
		Outros não perigosos	t/t	0,032	0,019	0,011	😊
	Resíduos perigosos		Kg/t	0,216	0,828	0,833	😞
Biodiversidade	Utilização dos Solos, área construída	m²/t	1,03	0,92	0,93	😞	
Emissões de gases com efeito de estufa	Emissões de CO ₂ CELE	tCO ₂ /t	0,35	0,33	0,33	😐	
	Emissões de CO ₂ (restantes)	tCO ₂ /t	2,47E-03	1,55E-03	1,33E-03	😊	
Emissões Gasosas	Emissão de NOx total	Kg NOx/t	0,25	0,22	0,37	😞	
	Emissão de SO ₂ total	Kg SO ₂ /t	0,33	0,34	0,34	😐	
	Emissão de Partículas total	Kg PM/t	0,41	0,39	0,46	😞	

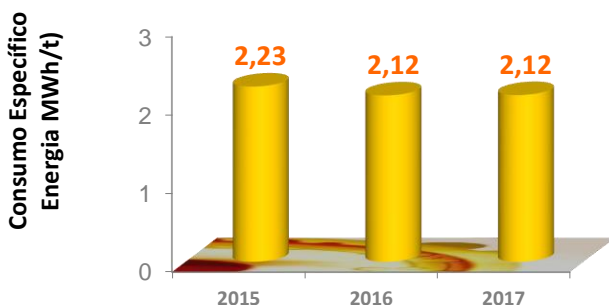
n.d. – dado ainda não disponível

* - Resíduos enviados para valorização.

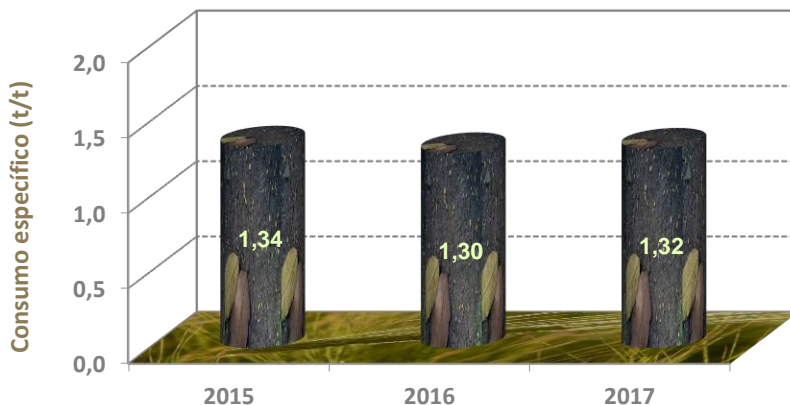
** - A emissão de SO₂ é resultado de fatores de emissão do PRTR, uma vez que a empresa está dispensada da sua monitorização pela CCDRC face ao uso de gás natural (combustível com emissão vestigial ou nula)

3.2. Comportamento Ambiental e conformidade legal por Aspeto Ambiental

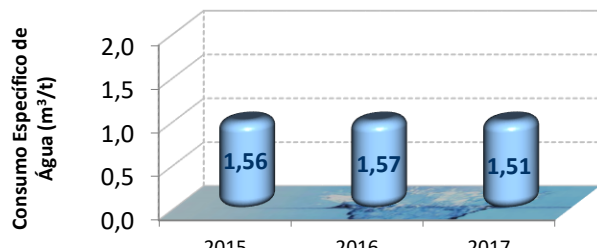
Eficiência energética

Aspeto Ambiental:	Consumo de energia (elétrica e combustíveis)
Impacte Ambiental:	Impactes da produção e transporte de energia Redução dos recursos naturais
Descrição e Ações desenvolvidas	<p>A melhoria da eficiência energética é uma preocupação constante na Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres, pois além de contribuir para a redução dos impactes ambientais, contribui para a redução de custos e para o aumento da competitividade.</p> <p>Possui tecnologia de fabrico por monocozedura (“uma só cozedura”), tecnologia esta mais eficiente do ponto de vista energético quando comparado com a bicozedura (“2 cozeduras sequenciais”).</p> <p>A Unidade Industrial de Ílhavo tem vindo a implementar uma série de medidas no sentido da redução dos seus impactes ambientais relacionados com o consumo de energia.</p> <p>A eletricidade e o gás natural, são as principais fontes de energia utilizadas. Os principais equipamentos produtivos, como fornos, atomizador e secadores são alimentados a gás natural desde 1997.</p> <p>Tem instalados à data, sistemas de recuperação do ar de arrefecimento para o ar de combustão, nos dois fornos existentes.</p> <p>Em 2014 foi montado o aproveitamento de ar quente dos fornos para a secagem de peças na escolha.</p> <p>Em 2015 foi instalado uma nova prensa e respetivo secador horizontal a gás natural.</p> <p>Em 2016 foi substituída uma linha de polir.</p> <p>Em 2017 foi instalada uma nova máquina de retificação seco.</p>
Desempenho:	 <p>Consumo Específico Energia MWh/t</p> <p>2015 2016 2017</p> <p>2,23 2,12 2,12</p> <p>IMAGEM 8 – EVOLUÇÃO DO CONSUMO ESPECÍFICO DE ENERGIA POR TONELADA DE PRODUTO PRODUZIDO.</p>
Principal Legislação Aplicável	<p>Decretos-lei n.º 71/2008, Lei 7/2013</p> <p>Portarias n.º 519/2008, 461/2007; Despachos n.º 17313/2008; 17449/2008</p> <p>Decreto-lei nº 68-A/2015</p>
Análise da evolução	<p>Em 2016 o consumo específico de energia baixou face a 2015, mantendo-se nos anos 2016 e 2017. Esta diminuição é essencialmente na componente gás natural, justificada pelo contributo do aumento da eficiência do novo secador e por uma racionalização do consumo de energia influenciado também por uma produção efetiva superior a anos anteriores.</p>
Cumprimento Legal:	<p>A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres possui um posto de abastecimento de combustível, pertença da GALP, devidamente licenciado e com separador de hidrocarbonetos. A inspeção à bomba de gasóleo quinquenal foi realizada em 23-9-2016.</p> <p>Em 2013 solicitou à DGEG o pedido de dispensa de apresentar auditorias energéticas, elaborar e executar os Planos de Racionalização do Consumo de Energia, ao abrigo do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 71/2008, por se encontrar abrangida pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) para o período 2013/2020. Obteve resposta favorável desta entidade, com extinção do n.º de operador a 14/08/2013.</p> <p>Após pedido à Autoridade Tributária e Aduaneira, ficou também isenta do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP), com efeitos a partir de 01-01-2013, por estar abrangida pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) para o período 2013-2020.</p> <p>Em agosto de 2015, realizou a inspeção periódica trienal à rede de gás Natural, prevendo-se a próxima inspeção para agosto de 2018.</p> <p>Realizou auditoria energética à instalação no âmbito do Decreto-Lei n.º 68-A/2015 e efetuou o registo da instalação no site da DGEG a 28/06/2016, bem como a submissão do relatório de auditoria a 10-11-2016 e em 2017 implementou as ações previstas para melhoria de eficiência.</p>

Eficiência dos Materiais

Aspeto Ambiental:	Consumo de matérias-primas e auxiliares Consumo de materiais
Impacte Ambiental:	Redução de recursos naturais Redução de recursos
Descrição e Ações desenvolvidas:	<p>O consumo de materiais inclui: matérias-primas, materiais auxiliares e outros materiais.</p> <p>As matérias-primas utilizadas pela Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres são: argilas, areias, feldspatos, caulino e dolomite. As matérias auxiliares são: vidros, tintas, corantes, abrasivos e outros materiais auxiliares.</p> <p>O impacto do consumo de matérias-primas é minimizado através da recuperação e valorização interna de subprodutos como o caco cru e pó, os quais são novamente reintroduzidos no processo, reduzindo dessa forma o consumo de matérias-primas virgens.</p>
Desempenho:	 <p>IMAGEM 9— CONSUMO ESPECÍFICO DE MATÉRIAS PRIMAS E AUXILIARES POR TONELADA DE PRODUTO (T/T)</p>
Análise da evolução:	Não existem grandes alterações das matérias-primas em uso, verificou-se um ligeiro aumento no consumo específico em 2017, consequência da tipologia de produtos, com mais decoração em linha e também devido ao aumento de caco cozido e respetiva perda de eficiência neste indicador e ainda grande exigência na flexibilidade produtiva, dadas as pequenas produções por referência.
Principal Legislação Aplicável	<p>Matérias-primas minerais, licenciamento: Decreto-Lei n.º 270/2001 alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007;</p> <p>Regulamento REACH – Regulamento CE n.º 1907/2006 na sua versão atual;</p> <p>Regulamento CLP – Regulamento CE 1272/2008 na sua versão atual; Regulamento UE n.º 758/2013;</p> <p>Decreto-Lei n.º 98/2010 e Decreto-Lei n.º 82/2003 alterado pelo Decreto-Lei n.º 63/2008;</p> <p>Decreto-Lei 155/2013;</p>
Cumprimento Legal:	<p>O consumo de matérias-primas e auxiliares é monitorizado quer quantitativamente quer qualitativamente (para controlo de qualidade).</p> <p>No controlo dos aspetos indiretos dos nossos fornecedores, solicitamos aos nossos fornecedores os requisitos relativos, entre outros ao licenciamento da atividade de extração, ao enquadramento no regulamento REACH e ADR se aplicável.</p> <p>A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres cumpre com as obrigações aplicáveis no que se refere a Fichas de Dados de Segurança, rotulagem e bacias de retenção sempre que aplicável.</p>

Água

Aspeto Ambiental:	Consumo de água																				
Impacte Ambiental:	Redução dos recursos hídricos																				
Descrição e Ações desenvolvidas 2015/2016:	<p>A água é um recurso natural de vital importância para a Unidade Industrial de Ílhavo, sendo a sua gestão um aspeto fundamental e uma oportunidade de melhoria. Uma das formas encontradas para a minimização do impacte ambiental do consumo de água, foi a reutilização da água tratada das ETARI's da unidade industrial (pastas e polido), nas atividades em que tal foi possível, ou seja, no circuito fechado de águas da secção do polimento (processo produtivo) e nas diversas lavagens realizadas na secção de preparação de pastas e na secção de decoração.</p> <p>Em julho de 2016 foi retomada a utilização de água da ETARI nas moagens da preparação de pasta o que tinha sido abandonado em 2012, motivada pelo aumento dos índices de rejeição do produto.</p>																				
Desempenho:	 <p>IMAGEM 10 – EVOLUÇÃO DO CONSUMO ESPECÍFICO DE ÁGUA POR TONELADA PRODUZIDA.</p>																				
Análise da evolução:	<p>Em 2017, houve uma diminuição de cerca de 4% face a 2016.</p> <p>As mudanças frequentes de referências em produção, consequência das necessidades do mercado, obrigam a ciclos de produção mais curtos e por consequência lavagens mais frequentes.</p> <p>O incremento de produtos com componente de decoração, contribuiu para a tendência de consumo verificada.</p> <p>O processo está mais otimizado. Apesar da produção constante face a 2016 (pouca diferença), consumiu menos 3.795 m³.</p>																				
Principal Legislação Aplicável	<p>Lei n.º 58/2005, na sua versão atual</p> <p>Decreto-Lei n.º 226-A/2007 (alterado pelo DL 391-A/2007 e DL 93/2008);</p> <p>Licença de captação dos 2 furos existentes: n.º 1211/2010 e A000453.2017.RH4A</p>																				
Cumprimento Legal:	<p>A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres possui dois furos alternativos devidamente legalizados e monitoriza mensalmente através de dois contadores a água extraída, comunicando com periodicidade definida nas licenças o volume de água extraído.</p> <p>Tabela 9- Características do sistema de extração de água, para uso industrial em 2017</p> <table><tr><th></th><th></th><th>Alvará de Licença</th><th>Volume máximo mensal autorizado (m³)</th><th>Volume máximo mensal extraído (m³)</th><th>Volum e Total (m³)</th><th>m³ Extraídos/m³ legalmente Autorizado (%)</th></tr><tr><td rowspan="2">2017</td><td>Furo 1</td><td>1211/2010</td><td>5.000</td><td>8.309 (abril)</td><td>57.803</td><td>96,34%</td></tr><tr><td>Furo 2</td><td>A000453.2017.RH4A</td><td>4.000</td><td>5.511 (junho)</td><td>30.198</td><td>62.91%</td></tr></table> <p>Os valores de água extraída dos furos referente ao ano 2017 foram enviados para a ARH de acordo com a periodicidade estabelecida nas respetivas licenças, assim como o reporte para o calculo da TRH de 2017, foi realizado no prazo estabelecido.</p> <p>O Volume autorizado para o furo 2 pela nova licença foi substancialmente reduzido, pois passou-se de 18.000 m³/mês para 4.000 m³/mês, uma redução de 77,8%.</p> <p>Face às necessidades do processo produtivo, tem vindo a solicitar à ARH aumento do volume autorizado, estando a Margres a aguardar resposta.</p> <p>Para consumo humano a empresa recorre a água engarrafada (beber) e a água da rede pública para as instalações sociais.</p> <p>Devido a avaria na bomba de extração do furo 2, entre o final de fevereiro até 18 de maio de 2017, não foi possível cumprir nos meses de março e abril o volume máximo autorizado no furo 1, uma vez que o processo produtivo precisa de mais água do que a autorizada para este furo.</p> <p>Também no furo 2, não foi cumprido o volume máximo autorizado no mês de junho 2017.</p> <p>A Margres empreendeu ações para controlo mais apertado dos volumes diários extraídos em cada furo, garantindo a alternância no funcionamento das bombas de extração.</p>			Alvará de Licença	Volume máximo mensal autorizado (m³)	Volume máximo mensal extraído (m³)	Volum e Total (m³)	m³ Extraídos/m³ legalmente Autorizado (%)	2017	Furo 1	1211/2010	5.000	8.309 (abril)	57.803	96,34%	Furo 2	A000453.2017.RH4A	4.000	5.511 (junho)	30.198	62.91%
		Alvará de Licença	Volume máximo mensal autorizado (m³)	Volume máximo mensal extraído (m³)	Volum e Total (m³)	m³ Extraídos/m³ legalmente Autorizado (%)															
2017	Furo 1	1211/2010	5.000	8.309 (abril)	57.803	96,34%															
	Furo 2	A000453.2017.RH4A	4.000	5.511 (junho)	30.198	62.91%															

Resíduos

Aspeto Ambiental:

Produção de Resíduos

Impacte Ambiental:

Ocupação do solo

Impacte da eliminação ou valorização externa de resíduos

Descrição e Ações desenvolvidas:

A gestão dos resíduos produzidos na Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres tem como princípio orientador a recolha seletiva, isto é, a separação adequada nos locais de produção e o seu correto encaminhamento para um destino autorizado que permita preferencialmente a sua valorização. Para isso, dispõe de um parque de resíduos para armazenamento temporário dos resíduos produzidos, com zona impermeabilizada destinada a resíduos perigosos. Estas condições permitem uma melhor triagem e armazenamento dos resíduos e o seu correto encaminhamento para destino final autorizado.

Em 2017, a produção de resíduos de lamas da ETARI e caco cozido são os resíduos mais significativos. Em 2015 iniciou-se a valorização interna, na Unidade de Aveiro, dos resíduos de carbonato de cálcio do filtro de fluoretos, que são 100% valorizados nessa unidade.

Todos os anos, no âmbito dos objetivos de Sustentabilidade, é revisto o objetivo de redução de caco cozido, no sentido da melhoria contínua dos processos.

Em agosto de 2017, o caco foi considerado subproduto, para as empresas que apresentaram através da APICER pedido à APA, que foi concedido através da declaração de subproduto n.º 9/2017 de 16 de agosto 2017, na qual se incluiu a Grespanaria Portugal, S.A. Contudo, a empresa só em dezembro implementou na prática, a sua gestão como subproduto.

Desempenho:

Tabela 10— Quantidade de resíduos enviada para destino final discriminados por código LER e operação

LER	Descrição do Resíduos	Quantidade (ton)		Operação de Gestão
		2016	2017	
08 01 19 (*)	Suspensão aquosa da limpeza de peças da oficina, com tintas e solventes	0,08	0,126	D 15
080312	Resíduos de tintas impressão	0,34	0	D 15
10 12 08	Caco Cozido	1.997,01	2.632,66	R 05
		684,50	196,78	R10
10 12 10	Brita do filtro de Fluoretos	256,78	253,66	R 05
10 12 13	Lamas ETARI	5.654,52	6.805,93	R 05
10 12 99	Resíduos Industriais Banais (RIB's)	32,74	25,24	R 13
		0	12,18	R 12
12 03 01 (*)	Resíduos lavagens peças	0	0,77	D 15
13 02 08 (*)	Óleos usados	0,40	5,12	R 09
13 05 02 (*)	Lamas separador hidrocarbonetos (SH)	3,80	1,08	D 09
13 05 07 (*)	Águas oleosas do SH	5,88	1,84	D 09
14 06 01 (*)	Gases Fluorados	0	0,196	R 13
14 06 03 (*)	Solventes	0,08	0	R 13
15 01 01	Embalagens de Cartão	49,28	0	R 13
		3,23	65,64	R 12
15 01 02	Embalagens de Plástico	17,10	0	R 12
		0,42	26,225	R13
15 01 03	Embalagens de Madeira	6,48	2,26	R12
		13,14	11,62	R13
15 01 04	Embalagens de Metal	0,99	0,17	R 13
15 01 10 (*)	Embalagens contaminadas	0,27	0,09	R 13
15 01 11 (*)	Aerossóis	0,04	0	R 13
15 02 02 (*)	Absorventes contaminados	8,73	1,13	D 15
16 01 07 (*)	Filtros Óleo	0	0,052	R 13
16 02 16	Componentes retirados de equipamento fora uso	0,02	0	R 13
16 03 03 (*)	Resíduos inorgânicos com substâncias Perigosas	0,23	0	D 15
16 06 01 (*)	Baterias	0	0,30	R 13
16 11 06	Abrasivos e refratários	48,62	0	R 13
		27,48	66,72	R 12
17 01 07	Resíduos de construção demolição	599,78	167,94	R 10
17 03 01	Resíduos contendo alcatrão	0,84	0	D 15
17 06 05 (*)	Materiais de construção com amianto	27,64	37,84	D 01
17 09 04	Mistura de resíduos de construção e demolição	11,58	0	R 13
18 01 03 (*)	Resíduos do Posto médico	0,04	0,00168	D 15
20 01 21 (*)	Lâmpadas Fluorescentes	0,11	0,148	R 13
20 01 38	Madeira	3,26	0	R 12
20 01 40	Metais	92,26	45,66	R 13
		7,22	0	R 12

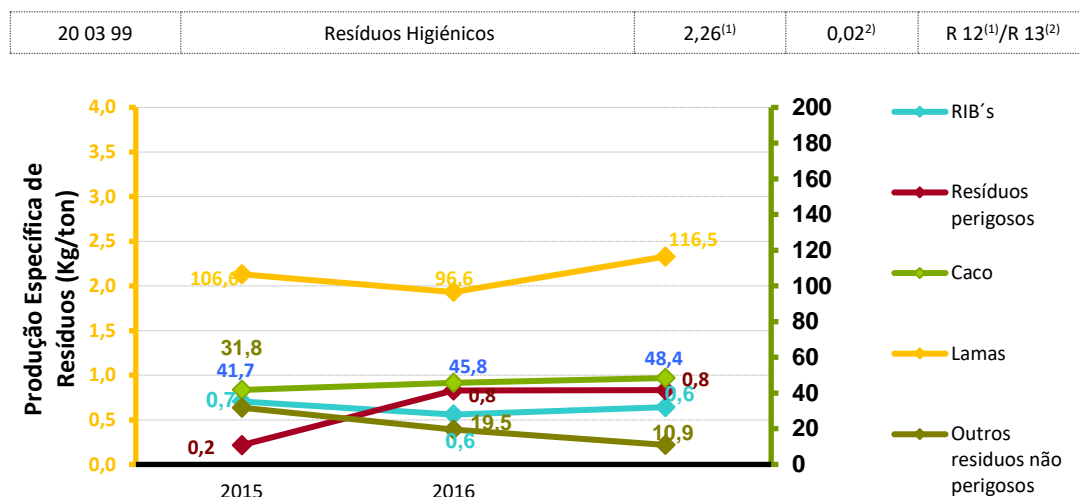


IMAGEM 11 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ESPECÍFICA DE RESÍDUOS POR TONELADA PRODUZIDA.

Análise da evolução:

A produção de resíduos tem variações em função do planeamento de produção, rendimento, lavagens (no caso das lamas), classificação de material, formatos e complexidade técnica (no caso do caco).

De 2016 para 2017 assiste-se a uma variação ligeira, exceto nas lamas e caco.

O aumento da quantidade de Lamas, é justificado pelo aumento da decoração em Linha e do produto que é sujeito a acabamento final (Polido, Amaciado, Retificado), que exige grande quantidade de água, logo produção de lamas.

O aumento do caco, deveu-se ao lançamento de produtos de maior complexidade e formatos (ex. 90x90).

Principal Legislação Aplicável

Decreto-Lei n.º 178/2006 (repblicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011), Decisão 2014/955/UE; Regulamento UE 1357/2014; Portaria n.º 335/97 e Portaria n.º 417/2008; Portaria n.º 145/2017; Decreto-Lei n.º 230/2004 e sucessivas alterações, Despacho 242/96 (em vigor até 32/12/2017); Embalagens: Decreto-Lei n.º 366-A/97 (em vigor até 01/01/2018); Portaria 158/2015; Decreto-lei 71/2016; Despacho 14202-D/2016 e Despacho 14202-E/2016; Contrato EMB/0018656; Decreto-lei n.º 46/2008 e Portaria 40/2014, relativo aos Resíduos de Construção e Demolição (RCD); Declaração de subproduto n.º 9/2017 de 16/08/2017.

Cumprimento Legal:

A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres separa e encaminha os resíduos produzidos para destinatários licenciados para o efeito, preenche as guias modelo A, atuais e-GAR para todos os resíduos que saem das suas instalações, arquivando-as por um período mínimo de 5 anos. Preenche o mapa eletrónico de resíduos (MIRR) de acordo com as quantidades produzidas e no período previsto legalmente.

A responsabilidade pela gestão dos resíduos de embalagem colocados no mercado nacional, foi transferida para a Sociedade Ponto Verde (SPV), através da adesão e pagamento anual da contribuição financeira de acordo com a quantidade de resíduos de embalagens colocada no mercado nacional (contrato **EMB/0018656**).

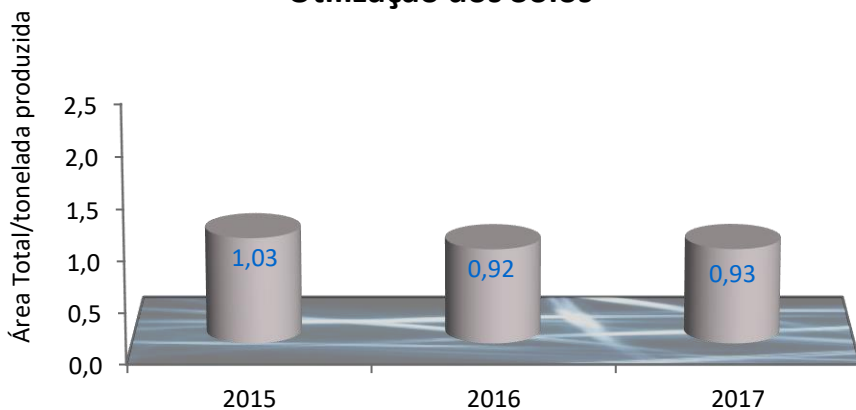
Por lapso, na comunicação das embalagens de 2017 no SILIAMB, foi incorretamente inserida a data de início do contrato com SPV e por isso, não foi possível comunicar as embalagens primárias do circuito urbano (abrangidas pelo contrato com a SPV), sendo que as restantes embalagens foram comunicadas.

Para corrigir a situação, solicitou-se via SILIAMB a abertura casuística do mapa e aguarda -se a sua abertura por parte da entidade competente.

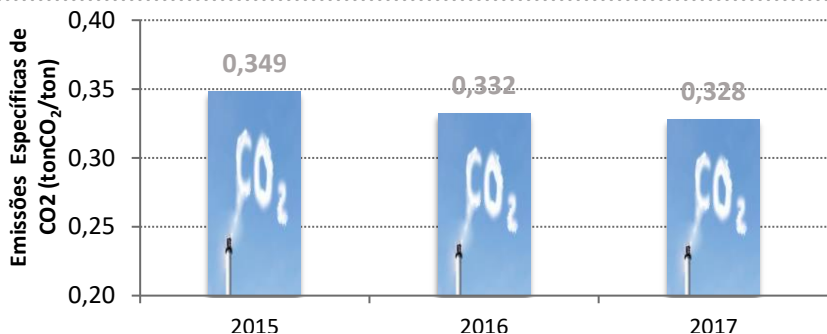
No caso dos RCD efetuou a respetiva gestão e guias de acompanhamento de resíduos, incluindo o cumprimento de todos os requisitos legais mesmo quando se trata de RCD contendo amianto.

Usufruiu, desde agosto de 2017, do fim do estatuto do resíduo para o caco cozido, nas condições da Declaração 9/2017 da APA.

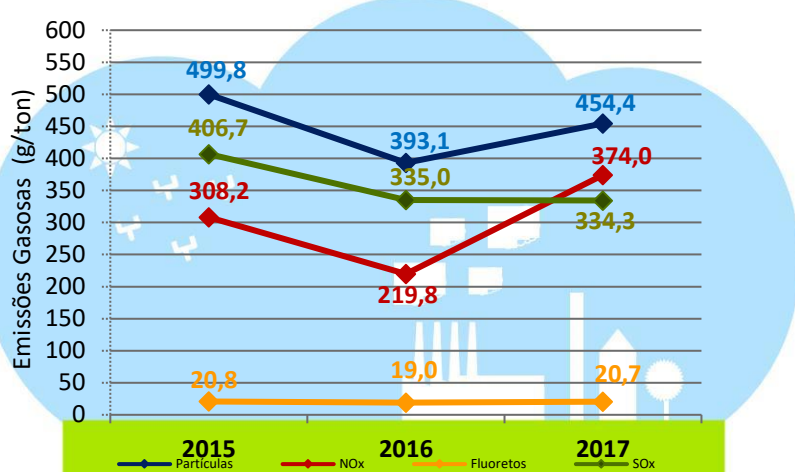
Biodiversidade

Aspeto Ambiental:	Área de Construção								
Impacte Ambiental:	Impacto Paisagístico Impermeabilização do solo								
Descrição e Ações desenvolvidas:	<p>A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres ocupa uma área de 54 060 m², sendo 24.765 m² de área construída coberta, com parte da cobertura em fibrocimento (material contendo amianto). Todo o perímetro da unidade fabril delimita a zona classificada como espaço industrial existente dentro do perímetro urbano, existindo outras unidades fabris nas proximidades, habitações (Oeste e Sul) e ainda terrenos agrícolas.</p> <p>Está licenciada e possui um dossier de licenciamento industrial organizado e atualizado.</p> <p>Em 2011 foram construídas novas telhas de matérias-primas, numa zona onde o solo já se encontrava impermeabilizado, dado que estava alcatroado.</p> <p>Em 2013 foi alterado o layout nas fases do processo Escolha e Polido e em 2015 foi instalada nova linha de produção (Prensa + secador + linha decoração), mas estas alterações não implicaram aumento de área coberta ou aumento da capacidade de produção.</p>								
Desempenho:	<p style="text-align: center;">Utilização dos Solos</p>  <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Área Total/tonelada produzida</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>1,03</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>0,92</td> </tr> <tr> <td>2017</td> <td>0,93</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;">IMAGEM 12 – EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS SOLOS, ÁREA TOTAL POR TONELADA PRODUZIDA.</p>	Ano	Área Total/tonelada produzida	2015	1,03	2016	0,92	2017	0,93
Ano	Área Total/tonelada produzida								
2015	1,03								
2016	0,92								
2017	0,93								
Análise da evolução:	O valor está estável dado que as alterações na produção 2016 e 2017 são mínimas e não houve alterações à área.								
Principal Legislação Aplicável	Lei n.º 60/2007 (república o Decreto-Lei n.º 555/99 e as várias alterações); Decreto-Lei n.º 169/2012 alterado pelo Decreto –Lei nº 73/2015; Portaria n.º 279/2015.								
Cumprimento Legal:	<p>Foi emitida licença de exploração ao estabelecimento industrial em 2005-10-07.</p> <p>A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres tem entregue no IAPMEI vários processos (1271/2012, 1212/2013 e 1129/2015) relativos às alterações de layout ocorridas ou planeadas, referindo que todos são apenas processos de Mera Notificação, de acordo com o n.º 4 do art.º 43 do Decreto-Lei n.º 169/2012.</p>								

Emissões de Gases com Efeito de Estufa

Aspeto Ambiental:	Emissões de Gases com Efeito de Estufa/CO ₂
Impacte Ambiental:	Alterações Climáticas
Descrição e Ações desenvolvidas:	<p>A principal contribuição para as emissões de GEE é a emissão de dióxido de carbono proveniente da combustão de gás natural, a segunda contribuição são matérias-primas e auxiliares, como por exemplo argila e dolomite e por último o gasóleo utilizado nos geradores de emergência. Os principais equipamentos produtivos, como fornos, atomizador e secadores são alimentados a gás natural.</p> <p>O controlo das temperaturas, pressões e consumos nestes equipamentos, além de garantir estabilidade no processo de produção, permite otimizar os consumos de energia e manter controladas as emissões gasosas, incluindo dióxido de carbono.</p> <p>A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres monitoriza anualmente as emissões de dióxido de carbono.</p>
Desempenho:	 <p>IMAGEM 13 – EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES ESPECÍFICAS DE CO₂ (CELE + MOVIMENTAÇÃO INTERNA) POR TONELADA PRODUZIDA</p>
Análise da evolução:	<p>Em 2017, face a 2016 houve uma diminuição residual nas emissões específicas de CO₂, que está em linha com a ligeira diminuição no consumo de gás natural e diminuição da produção (sem caco).</p> <p>A intervenção no atomizador, permite menos perdas de calor e logo menos consumo de gás natural, o que contribuiu também para esta redução.</p>
Principal Legislação Aplicável	<p>Decreto-Lei n.º 38/2013.</p> <p>Regulamento n.º 601/2012 e Decisão n.º 2011/278/UE; TEGEE.190.02.III</p> <p>Portaria n.º 188/2015</p>
Cumprimento Legal:	<p>No período 2005-2007, a Unidade Industrial de Ílhavo esteve abrangida pelo CELE.</p> <p>No período CELE 2008-2012 não se encontrou abrangida, monitorizando, no entanto, as emissões de forma voluntária.</p> <p>No período 2013-2020 está abrangida pelo CELE, uma vez que o critério de abrangência alterou com a publicação da legislação.</p> <p>Em 2011 preencheu o formulário de atribuição das licenças gratuitas para o período 2013-2020 que foi validado por auditoria externa às emissões no período 2005 a 2008.</p> <p>Em 2012 procedeu ao pedido do Título de Emissão de GEE, de acordo com os formulários disponibilizados.</p> <p>Já no início de 2013, efetuou o envio do formulário de recolha de dados de atividade de 2012 e de recolha de dados de eletricidade no âmbito da fuga de carbono (<i>Carbon Leakage</i>).</p> <p>Em setembro de 2013 fez o pedido de abertura de conta no RPLE.</p> <p>Em 2017, foram atribuídas à Unidade Industrial de Ílhavo 15.666 licenças gratuitas.</p> <p>No final do 2º semestre de 2015 comunicou-se a alteração ao TEGEE referente ao novo secador, tendo sido emitido novo título em setembro de 2017.</p> <p>Foram verificadas as emissões referente a 2017, de acordo com TEGEE n.º 190.02 III de 7/09/2017 tendo sido apuradas um total de 19.098 toneladas CO₂ (tCO₂) (488 tCO₂ provenientes das emissões do processo e 18.610 tCO₂ provenientes das emissões da combustão) e a estas acrescem 78 tCO₂ de emissões dos meios de movimentação internos, emissões não abrangidas pelo CELE.</p>

Emissões Gasosas

Aspeto Ambiental:	Emissões gasosas
Impacte Ambiental:	Poluição Atmosférica
Descrição e Ações desenvolvidas:	<p>A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres efetuou investimentos nesta área ambiental, nomeadamente na redução da emissão de poluentes dos efluentes gasosos produzidos, quer ao nível de medidas primárias quer ao nível das medidas de fim de linha. Quanto às medidas primárias desenvolvidas, destaca-se a implementação de boas práticas, com especial relevo para a manutenção preventiva dos equipamentos associados a sistemas de queima e à aquisição de equipamentos produtivos que cumprem com os regulamentos comunitários. No que se refere às medidas de fim de linha destaca-se o investimento no filtro de fluoretos em 2002 a jusante dos dois fornos e que constitui MTD (Melhor Técnica Disponível) do sector e os vários investimentos realizados nos sistemas de despoeiramentos (também incluídos nos planos de manutenção).</p> <p>O controlo das temperaturas, pressões e consumos nos equipamentos de combustão, a verificação diária dos penachos nas chaminés associadas a equipamentos de despoeiramento e as monitorizações gasosas por laboratórios externos, permitem manter controladas as emissões de poluentes gasosos para a atmosfera.</p>
Desempenho:	 <p>IMAGEM 14 – EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES ESPECÍFICAS GASOSAS POR TONELADA PRODUZIDA</p>
Análise da evolução:	Todos os poluentes, com exceção do SOx, apresentaram um aumento em 2017, embora para valores inferiores aos verificados em 2015 (excepto NOx).
Principal Legislação Aplicável	Decreto-Lei n.º 78/2004; Portaria n.º 286/93 e Portaria n.º 675/2009 Portaria n.º 80/2006; Portaria 263/2005; NP 2167/2007
Cumprimento Legal:	<p>No que respeita a aspetos construtivos, nomeadamente a altura das chaminés, a Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres encetou vários esforços desde 2002 com a então Direção Geral do Ambiente. Destaca-se o modelo de dispersão, elaborado em 2004, pelo Centro Tecnológico de Cerâmica e Vidro. Após várias correções de alturas e outras diligências, viu aprovada todas as alturas das suas chaminés em Julho de 2005 pela DRE/CCDR_C (entidade competente) de acordo com o atual quadro legislativo (Portaria 263/2005 de 17 de Março). Em 2011, por imposição da CCDR para a realização de monitorizações, foram construídas chaminés cumprindo com a norma NP 2167.</p> <p>Cumpriu integralmente a legislação referente à emissão de poluentes gasosos (Portaria 286/93 e Portaria n.º 675/2009) e as obrigações do Decreto-Lei n.º 78/2004. Monitoriza, por laboratório acreditado, em regime em 2 vezes por ano (com intervalo mínimo de 2 meses entre cada monitorização) para os poluentes que estejam acima do limiar mássico mínimo da Portaria n.º 80/2006 e em regime trienal para os poluentes que estejam consistentemente abaixo deste limiar mássico mínimo.</p>

Controla ainda as fontes fixas que operam menos de 500h/ano. Procede ao registo das horas de funcionamento e consumo de combustível dos geradores de emergência e restantes fontes abrangidas pelo regime de exceção das 500 horas anuais.

Procede à manutenção adequada dos equipamentos de despoeiramento e tratamento de efluente gasoso. Não se verificou nenhuma necessidade de comunicação de funcionamento deficiente superior a 24 horas de sistemas de tratamento instalados e as situações que ocorreram não ultrapassam as 170 horas anuais.

Em 2016 foi instalado um novo despoeiramento associado à prensagem e secagem de peças especiais, bem como um novo secador horizontal com duas chaminés.

O cálculo da altura das chaminés instaladas foi efetuado pelo CTCV, atualizando-se as restantes, num estudo submetido à CCDRC, o qual foi aprovado a 14-06-2017.

Em 2017 foi instalado um despoeiramento na secção de Polimento associado à nova máquina de retificação a seco. Foi enviado a CCDR um pedido de atualização das alturas face à nova alteração tendo sido aprovado a 17-10-2017.

Efluente Líquido

Aspeto Ambiental:	Efluente Líquido																																																
Impacte Ambiental:	Poluição hídrica																																																
Descrição e Ações desenvolvidas:	<p>A permanente preocupação da Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres com os seus efluentes líquidos levou à construção de duas ETARI's para o seu tratamento – ETARI das Pastas e ETARI do Polido.</p> <p>A água tratada na ETARI do Polido é utilizada em circuito fechado nas máquinas de polir e retificar, cujo processo de tratamento físico – químico consiste fundamentalmente em reduzir a quantidade de Sólidos Suspensos Totais (SST).</p> <p>A ETARI das Pastas, serve todo o resto da unidade industrial e o excedente de efluente, após tratamento adequado, é encaminhado para a Vala da Amarona.</p> <p>Os parâmetros de qualidade da água tratada são monitorizados pela empresa fornecedora dos reagentes para tratamento (coagulante e floculante) através da recolha mensal de uma amostra pontual. No mínimo semestralmente, é recolhida uma amostra composta, por um laboratório acreditado de acordo com a licença de descarga.</p>																																																
Desempenho:	<div><div><div><div>Tratamento de Efluente Líquido</div><div><div><div></div><div>Entrada</div></div><div>ETARI</div><div><div>Saída</div><div></div></div></div><div>Medição de parâmetros Físico-Químicos</div></div><table><thead><tr><th></th><th colspan="2">2015</th><th colspan="2">2016</th><th colspan="2">2017</th><th></th></tr><tr><th>Parâmetros</th><th>Média*</th><th>Pico</th><th>Média*</th><th>Pico</th><th>Média*</th><th>Pico</th><th>VLE</th></tr></thead><tbody><tr><td>SST (mg/L)</td><td>35</td><td>35</td><td>18,75</td><td>30</td><td>12,9</td><td>27</td><td>< 60</td></tr><tr><td>CQO (mg/L)</td><td>20</td><td><40</td><td>20</td><td><40</td><td><20</td><td><40</td><td>< 150</td></tr><tr><td>CBO5 (mg/L)</td><td>4,75</td><td>7</td><td>6</td><td>6</td><td>2,5</td><td>3,1</td><td>< 40</td></tr><tr><td>pH</td><td>8,6</td><td>8,9</td><td>8,2</td><td>8,4</td><td>8,3</td><td>9</td><td>6 - 9</td></tr></tbody></table><p><small>*Média Anual dos dois pontos de descarga ETARI e Pluviais; Pico- valor mais elevado registado durante todas as monitorizações efetuadas A Licença de descarga obriga também à monitorização de óleos e gorduras, cádmio, fosforo e Azoto (TRH). Contudo como não são poluentes típicos do sector, mas sim, consequência de ligação de separador de hidrocarbonetos à ETARI e dado que se encontram sempre abaixo dos limites de deteção, não são considerados relevantes para o desempenho ambiental da empresa.</small></p></div></div>		2015		2016		2017			Parâmetros	Média*	Pico	Média*	Pico	Média*	Pico	VLE	SST (mg/L)	35	35	18,75	30	12,9	27	< 60	CQO (mg/L)	20	<40	20	<40	<20	<40	< 150	CBO5 (mg/L)	4,75	7	6	6	2,5	3,1	< 40	pH	8,6	8,9	8,2	8,4	8,3	9	6 - 9
	2015		2016		2017																																												
Parâmetros	Média*	Pico	Média*	Pico	Média*	Pico	VLE																																										
SST (mg/L)	35	35	18,75	30	12,9	27	< 60																																										
CQO (mg/L)	20	<40	20	<40	<20	<40	< 150																																										
CBO5 (mg/L)	4,75	7	6	6	2,5	3,1	< 40																																										
pH	8,6	8,9	8,2	8,4	8,3	9	6 - 9																																										
Análise da evolução:	Todos os parâmetros, exceto pH, estão significativamente baixo do VLE e se mantêm estáveis face ao histórico. O pH, apesar de tendencialmente alto, cumpre o VLE e mantém-se entre 8-9.																																																
Principal Legislação Aplicável:	Lei n.º 12/2018 Decreto-Lei n.º 226-A/2007 Pluviais (L013009.2016.RH4A), ETARI (L012853.2016.RH4A; renovada pela L0143873.2017.RH4A) Decreto-Lei 236/1998; Decreto-Lei n.º 97/2008																																																
Cumprimento Legal:	<p>A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres descarrega no meio hídrico, Vala da Amarona e para tal possui licença de descarga, de acordo com legislação em vigor. Envia semestralmente à CCDR os resultados do autocontrolo que realiza ao efluente descarregado, de acordo com a licença atribuída.</p> <p>Cumpriu com todos os valores limites estabelecidos na licença.</p> <p>No que se refere às águas residuais domésticas estão ligadas ao coletor municipal.</p> <p>A licença de descarga da ETARI L012853.2016.RH4A foi substituída pelo novo título de utilização, nº L0143873.2017.RH4A, a 1-10-2017.</p>																																																

Ruído

Aspeto Ambiental:	Produção de Ruído																																																																																								
Impacte Ambiental:	Poluição sonora																																																																																								
Descrição e Ações desenvolvidas:	<p>A Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres localiza-se em espaço industrial existente dentro do perímetro urbano e na proximidade de zonas sensíveis (habitações). O controlo do ruído produzido para o exterior é por isso um aspeto importante no controlo dos aspetos ambientais.</p> <p>Foi solicitado um parecer à APA em 14/11/2012 sobre a necessidade de reavaliar o ruído. A APA respondeu em 6/3/2013, referindo que não haveria necessidade de tornar a monitorizar já que não havia alterações significativas nas fontes de ruído da unidade industrial nem na envolvente. Em 2014 voltou a medir o ruído por alteração de layout e em 2017 face à alteração de layout ocorrida, instalação de uma nova linha de retificar a seco, decidiu voltar a monitorizar este descritor ambiental em 2017. Salienta-se que as alterações ocorridas são no interior da instalação.</p>																																																																																								
Desempenho	<p>Tabela 11— Resultados da Medição de Ruído em 2014 e em 2017 - Valores de ruído ambiente e valores máximos de exposição</p> <table><tr><th rowspan="2">Pontos de Medição</th><th colspan="2">2014</th><th colspan="2">2017</th></tr><tr><th>Ln (dB(A))</th><th>L den (dB(A))</th><th>Ln (dB(A))</th><th>L den (dB(A))</th></tr><tr><td>1</td><td>55</td><td>63</td><td>56*</td><td>64</td></tr><tr><td>2</td><td>54</td><td>62</td><td>56*</td><td>64</td></tr><tr><td>3</td><td>56*</td><td>63</td><td>50</td><td>59</td></tr><tr><td>4</td><td>46</td><td>52</td><td>44</td><td>51</td></tr><tr><td>Limite Legal</td><td>55</td><td>65</td><td>55</td><td>65</td></tr></table> <p>Tabela 12— Resultados da Medição de Ruído em 2014 e 2017.</p> <p>Incomodidade $L_{AeqA}-L_{AeqR}$, de acordo com Decreto-Lei n.º 9/2007</p> <table><tr><th rowspan="3">Pontos de Medição</th><th colspan="6">Incomodidade dB(A)</th></tr><tr><th colspan="2">Diurno (7h-20h)</th><th colspan="2">Entardecer (20h-23h)</th><th colspan="2">Noturno (23h-7h)</th></tr><tr><th>2014</th><th>2017</th><th>2014</th><th>2017</th><th>2014</th><th>2017</th></tr><tr><td>1</td><td>2</td><td>1</td><td>1</td><td>0</td><td>1</td><td>0</td></tr><tr><td>2</td><td>1</td><td>0</td><td>1</td><td>1</td><td>0</td><td>1</td></tr><tr><td>3</td><td>1</td><td>3</td><td>0</td><td>2</td><td>1</td><td>2</td></tr><tr><td>4</td><td>2</td><td>2</td><td>0</td><td>3</td><td>1</td><td>1</td></tr><tr><td>Limite Legal</td><td colspan="2">5</td><td colspan="2">4</td><td colspan="2">3</td></tr></table> <p>*ultrapassa o valor limite</p> <p>As situações de não cumprimento do indicador Ln nos pontos 1 e 2 em 2017 e 3 em 2014 também se verificam nas medições do ruído residual, pelo que estas não poderão ser imputadas ao ruído originado pela laboração da unidade industrial</p>	Pontos de Medição	2014		2017		Ln (dB(A))	L den (dB(A))	Ln (dB(A))	L den (dB(A))	1	55	63	56*	64	2	54	62	56*	64	3	56*	63	50	59	4	46	52	44	51	Limite Legal	55	65	55	65	Pontos de Medição	Incomodidade dB(A)						Diurno (7h-20h)		Entardecer (20h-23h)		Noturno (23h-7h)		2014	2017	2014	2017	2014	2017	1	2	1	1	0	1	0	2	1	0	1	1	0	1	3	1	3	0	2	1	2	4	2	2	0	3	1	1	Limite Legal	5		4		3	
Pontos de Medição	2014		2017																																																																																						
	Ln (dB(A))	L den (dB(A))	Ln (dB(A))	L den (dB(A))																																																																																					
1	55	63	56*	64																																																																																					
2	54	62	56*	64																																																																																					
3	56*	63	50	59																																																																																					
4	46	52	44	51																																																																																					
Limite Legal	55	65	55	65																																																																																					
Pontos de Medição	Incomodidade dB(A)																																																																																								
	Diurno (7h-20h)		Entardecer (20h-23h)		Noturno (23h-7h)																																																																																				
	2014	2017	2014	2017	2014	2017																																																																																			
1	2	1	1	0	1	0																																																																																			
2	1	0	1	1	0	1																																																																																			
3	1	3	0	2	1	2																																																																																			
4	2	2	0	3	1	1																																																																																			
Limite Legal	5		4		3																																																																																				
Análise da evolução:	<p>O crescimento dos cerdos nos limites da Margres teve influência na diminuição do ruído nos pontos 3 e 4, no entanto nos pontos 1 e 2 o ruído ambiente provocado pela Nacional 109 aumentou, pois, o impacto da Margres no global do ruído não sofreu aumento significativo em nenhum dos pontos monitorizados.</p>																																																																																								
Principal Legislação Aplicável	<p>Decreto-Lei n.º 9/2007</p> <p>Decreto-Lei n.º 221/2006 (Atividades no Exterior)</p>																																																																																								
Cumprimento Legal	<p>Em 2014 e 2017 a Gres Panaria Portugal, S.A.- Divisão Margres caracterizou o ruído emitido para o exterior, verificando-se o cumprimento legal.</p> <p>No que se refere ao equipamento de utilização exterior verifica-se a conformidade com os níveis sonoros estabelecidos no Decreto-Lei n.º 221/2006, incluindo a frota de empilhadores.</p>																																																																																								

Outros Aspetos Ambientais associados a obrigações de conformidade

Substâncias Regulamentadas (ODS e GFEE)

A Unidade Industrial de Ílhavo possui equipamentos com substâncias de refrigeração, sujeitas a regulamentação, nomeadamente equipamentos de ar condicionado, secadores de compressores e equipamentos de arrefecimento.

No que se refere às substâncias de refrigeração pode-se subdividir em duas grandes categorias:

- **Substâncias que empobrecem a camada de ozono (ODS)** - Regulamento (CE) n.º 1005/2009 e posteriores alterações, Decreto-Lei n.º 152/2005 de 31 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 35/2008 de 27 de Fevereiro e Decreto-Lei 85/2014 de 27 de Maio.
- **Gases fluorados com Efeito de estufa (GFEE)** - Regulamento n.º 517/2014, Regulamento (CE) n.º 1516 de 19 de Dezembro e Regulamento (CE) n.º 303/2008 e Decreto-Lei n.º 56/2011 (em vigor até 31/12/2017)

Existe um inventário de equipamentos e respetivas substâncias de refrigeração, onde consta o Potencial de Aquecimento Global (PAG), função das quantidades de gases presentes nos equipamentos.

Em 2017 foram adquiridos 4 novos equipamentos de frio com o total 17,77 kg equivalentes de CO₂ (0,31 kg de R 134A e outros com 8,3 kg de R410A) e foram adquiridos 261 Kg de R 449A para reparação de fugas, substituição de gás, equivalentes a 364,63 toneladas CO₂. Foram enviados para reciclagem 216kg de R404A.

Foi entregue através do formulário disponibilizado no site da APA a 28-03-2018 os dados relativamente ao ano 2017.

Seveso

Foi publicada a Diretiva 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, também chamada Diretiva Seveso III, relativa à Prevenção e Controlo de Acidentes Graves envolvendo substâncias perigosas, que transposta para o direito interno português pelo Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de Agosto.

O decreto-Lei 150/2015, que se aplica a todos os estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às indicadas na coluna 2 das partes 1 (categoria substâncias perigosas) e 2 (Categorias de substâncias perigosas designadas) do Anexo I do referido diploma ou a aplicação da regra da adição prevista na nota 4 do mesmo anexo assim o determine.

A Unidade Industrial de Ílhavo mantém atualizada uma listagem de todas as substâncias perigosas presentes na unidade industrial e respetiva categoria SEVESO III, baseada nas respetivas fichas de dados de segurança quando aplicável, com indicação dos quantitativos máximos, em massa, passíveis de se encontrarem presentes em qualquer instante na instalação.

Verifica-se que este diploma legal não é aplicável.

Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR)

De acordo com o Regulamento (CE) n.º 166/2006 e Decreto-Lei n.º 127/2008 (alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/2011) e posteriores esclarecimentos da entidade competente, a Unidade Industrial de Ílhavo efetuou na plataforma disponibilizada para o efeito, o registo das suas emissões para o ar, água e solos, relativos ao ano de 2016, tendo sido aprovado a 17-11-2017, com reporte de resíduos perigosos e resíduos não perigosos para a Comissão Europeia.

O PRTR de 2017 encontra-se preparado para submissão dentro do prazo legal.

Regime Jurídico da Emissões Industriais (REI)

O Decreto-Lei n.º 127/2013 de 30 de Agosto de 2013, define o Regime Jurídico das Emissões Industriais (REI), procede à transposição da Diretiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro de 2010, relativa às emissões industriais agregando cinco regimes legais, que são consequentemente revogados:

- (i) Prevenção e controlo integrado da poluição proveniente de certas atividades;
- (ii) Limitação das emissões para a atmosfera de certos poluentes provenientes das grandes instalações de combustão;
- (iii) Incineração e co-incineração de resíduos;
- (iv) Limitação da emissão de compostos orgânicos voláteis resultantes da utilização de solventes orgânicos em certas atividades e instalações;

(v) Condições de licenciamento para a descarga, armazenagem, deposição ou injeção no solo de águas residuais ou de resíduos da indústria de dióxido de titânio;

O REI aplica-se às atividades previstas no anexo I (indústrias do setor da energia, instalações do setor da produção e transformação de metais, instalações do setor da indústria dos minérios, instalações do setor químico, gestão de resíduos e outras atividades), atividades que usam solventes orgânicos e com limiares de consumo superiores aos previstos no anexo VII e a atividades de incineração e de co-incineração de resíduos.

No caso da Unidade Industrial de Ílhavo, está fora do âmbito de aplicação deste diploma legal.

Regime de Responsabilidade Danos Ambientais

O Decreto-Lei n.º 147/2008, que transpõe a Diretiva Europeia sobre responsabilidade ambiental nº 2004/35/CE, aplica-se aos danos ambientais bem como as ameaças iminentes desses danos causados em resultado do seu exercício (ver atividades incluídas no anexo III). Nesse âmbito, a Unidade Industrial de Ílhavo constituiu uma garantia financeira, na forma de seguro, que permite assumir a responsabilidade ambiental inerente à sua atividade.

Desde 15-10-2010 subscreveu um seguro de responsabilidade ambiental. Em 2015, contratou com a ACE European Group Limited, o seguro de responsabilidade ambiental, apólice n.º PTENV101434 e que se encontra à data, novamente renovado para o período de 02-03-2018 a 01-03-2019.

Licenciamento único Ambiental

O Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente (“LUA”). Este diploma, visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental (“TUA”).

Assim quando for necessária a alteração/renovação de títulos tanto de descarga como de extração de água assim como o título de emissão de gases com efeito de estufa (TEGEE), a Unidade Industrial de Ílhavo deverá apresentar o pedido junto do respetivo balcão eletrónico afeto aos mesmos e, posteriormente, reencaminhado para a plataforma desmaterializada do LUA, isto é, o Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (“SILiAmb”).

4. Objetivos Sustentabilidade

Face ao histórico e aos aspetos ambientais significativos, aos riscos e oportunidades identificados e à estratégia do negócio definiram-se os objetivos sustentabilidade:

Tabela 13 — Objetivos Sustentabilidade 2018-2020

Aspeto Ambiental	Ação/Objetivo	Indicador/ Meta
- Todos os aspetos ambientais: - Consumo Matérias primas e auxiliares; - Consumo energia; - Produção de Resíduos; - Consumo de água - Produção efluente líquido - Emissões gasosas	Reduzir a produção de caco cozido: <ul style="list-style-type: none"> Divulgação dos objetivos a todos os colaboradores da Produção. Otimização do desempenho das novas linhas de produção Instalação de nova máquina de impressão digital na linha 7 Acompanhamento diário da produção identificando problemas e suas causas Tratamento diário de dados de produção: quantidade, qualidade em 1ª e caco Divulgação de dados de produção às chefias da produção Reuniões diárias com encarregados da produção. Análise de dados da produção. Resolução de problemas atuando na origem dos mesmos Otimização de gestão de recursos humanos Otimização de gestão da produção e recursos humanos nas LV no regime noturno e fins de semana Ajustar o programa de produção de forma a melhorar o desempenho Identificar produtos de maior dificuldade técnica Incrementar formação aos operadores da produção 	% caco 3,7%
Todos os aspetos ambientais	Desenvolver iniciativas de informação aos colaboradores, sobre a sustentabilidade. <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver cartazes de boas práticas ambientais com colaboradores da empresa Dedicar na newsletter interna, espaço para publicar iniciativas ambientais e resultados de desempenho obtidos 	<i>Mínimo 6 cartazes ou outras iniciativas</i>

5. Declaração do Verificador Ambiental sobre as atividades de verificação e validação

APCER – Associação Portuguesa de Certificação, com o número de registo de verificador ambiental EMAS PT-V-001 acreditado para o âmbito:

Design, desenvolvimento e produção de pavimentos e revestimentos cerâmicos, bem como a comercialização de acessórios cerâmicos para decoração.

Código NACE 23.31 declara ter verificado se a Divisão Love Tiles, tal como indicada na declaração ambiental atualizada, da organização

**Gres Panaria Portugal, SA – Divisão Margres
Zona Industrial da Tabueira
3801-101 Aveiro**

com o número de registo PT-000051 cumpre todos os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, alterado pelo Regulamento (UE) 2017/1505, de 28 de agosto, que permite a participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

Assinando a presente declaração, declara-se que:

- a verificação e a validação foram realizadas no pleno respeito dos requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação;
- o resultado da verificação e validação confirma que não existem indícios do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de ambiente;
- os dados e informações contidos na declaração ambiental atualizada da organização refletem uma imagem fiável, credível e correta da Gres Panaria Portugal, S.A. - Divisão Love Tiles, no âmbito mencionado na declaração ambiental.

O presente documento não é equivalente ao registo EMAS. O registo EMAS só pode ser concedido por um organismo competente ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação. O presente documento não deve ser utilizado como documento autónomo de comunicação ao público.

Feito em Leça da Palmeira, em 23 de Maio de 2018

Assinatura



José Leitão

CEO



Ana Roque

Auditor

Glossário

Ambiente – Envolvente na qual uma organização opera, incluindo o ar, a água, o solo, os recursos naturais, a flora, a fauna, os seres humanos, e as inter-relações.

Aspeto Ambiental – Elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização que pode interagir com o ambiente, aspeto ambiental significativo é aquele que tem ou pode ter um impacto significativo no ambiente.

Carência Química em Oxigénio (CQO) - quantidade de oxigénio requerida para a oxidação química dos compostos orgânicos dissolvidos na água, é uma medida indireta da quantidade de contaminantes químicos na água, nomeadamente matéria orgânica.

Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO₅) - quantidade de oxigénio requerida para a oxidação bioquímica dos compostos orgânicos dissolvidos na água, é uma medida indireta da quantidade de contaminantes biológicos na água, após 5 dias

Ciclo de Vida - Epatas consecutivas e interligadas de um sistema de produto (ou serviço), desde a obtenção de matérias-primas, ou sua produção a partir de recursos naturais, até ao destino final. As etapas do ciclo vida incluem a obtenção de matérias-primas, o design, a produção, o transporte/entrega, a utilização, o tratamento no fim de vida e o destino final.

Desempenho Ambiental – Resultados mensuráveis da gestão dos aspetos ambientais de uma organização.

Dióxido de Carbono (CO₂) - gás gerado quando os compostos de carbono são oxidados na queima de combustíveis fósseis

Dióxido de enxofre (SO₂) - poluente emitido em processos de combustão por combinação de enxofre contido no combustível com o oxigénio atmosférico. Contribui para a acidificação da atmosfera.

Economia circular – Economia Circular é um conceito estratégico que assenta na redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia, substituindo o conceito de fim-de-vida da economia linear, por novos fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação, num processo integrado.

Fim de vida- termino da durabilidade de um determinado produto.

Fluoretos (F) – Compostos de Flúor.

Parte interessada - Pessoa ou grupo interessada ou afetado pelo desempenho ambiental de uma organização.

Impacte Ambiental – Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente dos aspetos ambientais.

pH – Escala de medida do grau de acidez das substâncias.

Óxido de Azoto (NO_x) - Gás produzido nos processos de combustão resultantes da oxidação do azoto, que contribui para a acidificação da atmosfera.

Resíduo – Qualquer substância ou objeto de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

Sistema de Gestão Ambiental – Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Reutilização – Reintrodução no processo de produção de resíduo/materiais.

Valorização – Quaisquer operações que visem o reaproveitamento (incluindo os processos de reutilização, reciclagem, regeneração, valorização energética, outras).

Sólidos Suspensos Totais (SST) – partículas orgânicas e inorgânicas não dissolvidas que são transportados pelas águas residuais.

Abreviaturas

ADENE— Agência para a Energia
ADR— Acordo Europeu Relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada
APA— Agência Portuguesa do Ambiente
APICER— Associação Portuguesa da Indústria Cerâmica
ARH— Administração da Região Hidrográfica
CAE - Código da Atividade Económica
CCDR_C — Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CE - Comissão Europeia
CELE— Comércio Europeu de Licenças Emissão
CERTIF - Associação para a certificação de produtos
CLP- Classification, labeling and packaging of substances and mixtures (Classificação, Rotulagem e Embalagem de substâncias e misturas)
CO - Monóxido Carbono
CO₂ - Dióxido de Carbono
CQO - Carência Química Oxigénio.
COT - Compostos Orgânicos Totais
CSTB - Centre Scientific et Technique du Bâtiment, (Centro Científico e Técnico do Pavimento), atribui a certificação e marca NF_UPEC
CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro
dB (A)—Decibel;
DRE - Direção Regional Economia
EMAS - Community Eco Management and Audit Scheme (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria)
EN—Norma Europeia
ETARI - Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais.
F— Flúor
g— Grama
GEE— Gases de efeito de estufa
GFE— Gases Fluorados com efeito de estufa
GJ— Gigajoule
DGEG— Direção Geral de Energia e Geologia
HCFC— hidroclorofluorocarboneto
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P
ISO - International Organization for Standardization (Organização Internacional para Normalização)
Kg - quilograma
Kwh— Kilowatt hora
LER— Lista Europeia de Resíduos
LUA- Licenciamento único ambiental
m² - metro quadrado
m³ - metro cúbico
mg— miligrama
MIRR— Mapa integrado de registo de resíduos
Nm³ - normal metro cúbico
NP - Norma Portuguesa
NOx - Óxidos de Azoto
PRTR— Pollutant Release and Transfer Register (Registo de Emissões e Transferências de Poluentes)
ODS— Ozone depleting substances (Gases que destroem a camada de ozono)
t - tonelada
RCD— Resíduo de Construção e Demolição
REEE— Resíduo de equipamentos elétricos e eletrónicos
REACH- *Registration, Evaluation, Authorisation and*

Restriction of Chemicals (Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de substâncias químicas)

REI- Regime Jurídico da Emissões Industriais

RIA— Rede de Incêndio armada

SGA -Sistema de Gestão Ambiental

SPV - Sociedade Ponto Verde.

SO₂ - Dióxido de enxofre

SST - Sólidos Suspensos Totais.

VLE - Valor limite de emissão

TUA- Título único Ambiental

€ - Euro

%- Percentagem

GRES PANARIA

Portugal S.A.

Grés Panaria Portugal, S.A.
Divisão Margres
Chousa Nova
3830-133 ÍLHAVO – PORTUGAL

Tel: 234329700

Fax: 234329702

Correio eletrónico:

margres@margres.com

ambiente@margres.com

www.margres.com

